

LEIS E DECRETOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

RS 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (1)	6.830.848.491,00	6.830.848.491,00	901.279.057,15	13,19	1.997.444.283,96	29,24	4.833.404.207,04
RECEITAS CORRENTES	5.806.596.119,00	5.806.596.119,00	892.105.171,31	15,36	1.978.181.836,43	34,07	3.828.414.282,57
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.873.327.784,00	1.873.327.784,00	303.258.720,85	16,19	624.907.144,57	33,36	1.248.420.639,43
Impostos	1.730.097.595,00	1.730.097.595,00	279.972.891,25	16,18	577.178.231,12	33,36	1.152.919.363,88
Taxas	143.230.189,00	143.230.189,00	23.285.829,60	16,26	47.728.913,45	33,32	95.501.275,55
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	360.936.292,00	360.936.292,00	59.657.020,88	16,53	123.168.895,44	34,12	237.767.396,56
Contribuições Sociais	360.936.292,00	360.936.292,00	59.657.020,88	16,53	123.168.895,44	34,12	237.767.396,56
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	59.930.822,00	59.930.822,00	14.006.563,77	23,37	23.915.498,06	39,91	36.015.323,94
Receitas Imobiliárias	2.959.110,00	2.959.110,00	351.409,25	11,88	745.580,65	25,20	2.213.529,35
Receitas de Valores Mobiliários	56.880.200,00	56.880.200,00	13.655.154,52	24,01	23.169.917,41	40,73	33.710.282,59
Receita de Concessões e Permissões	91.512,00	91.512,00	-	-	-	-	91.512,00
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	16.336.457,00	16.336.457,00	2.393.888,97	14,65	4.627.309,43	28,33	11.709.147,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.459.505.780,00	3.459.505.780,00	505.888.005,84	14,62	1.190.186.699,28	34,40	2.269.319.080,72
Transferências Intergovernamentais	3.287.369.320,00	3.287.369.320,00	486.420.352,88	14,80	1.115.093.873,43	33,92	2.172.275.446,57
Transferências de Instituições Privadas	10.743.006,00	10.743.006,00	745.930,42	6,94	1.476.762,93	13,75	9.266.243,07
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	220,00	-	220,00	-	(220,00)
Transferências de Convênios	161.393.454,00	161.393.454,00	18.721.502,54	-	73.615.842,92	45,61	87.777.611,08
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	36.558.984,00	36.558.984,00	6.900.971,00	18,88	11.376.289,65	31,12	25.182.694,35
Multas e Juros de Mora	17.962.862,00	17.962.862,00	3.358.343,58	100,00	6.085.871,23	100,00	11.876.990,77
Indenizações e Restituições	14.353.935,00	14.353.935,00	1.163.278,48	8,10	2.550.406,57	17,77	11.803.528,43
Receita da Dívida Ativa	3.013.112,00	3.013.112,00	1.018.776,04	33,81	1.018.776,04	33,81	1.994.335,96
Receita Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	1.229.075,00	1.229.075,00	1.360.572,90	110,70	1.721.235,81	140,04	(492.160,81)

Diário Oficial

4



Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.024.252.372,00	1.024.252.372,00	9.173.885,84	0,90	19.262.447,53	1,88	1.004.989.924,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	750.000.000,00	750.000.000,00	1.462.330,16	0,19	2.671.389,91	0,36	747.328.610,09
Operações de Crédito Internas	648.000.000,00	648.000.000,00	1.462.330,16	0,23	2.671.389,91	0,41	645.328.610,09
Operações de Crédito Externas	102.000.000,00	102.000.000,00	-	-	-	-	102.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	9.062.000,00	9.062.000,00	9.750,00	0,11	9.750,00	0,11	9.052.250,00
Alienação de Bens Móveis	6.062.000,00	6.062.000,00	9.750,00	0,16	9.750,00	0,16	6.052.250,00
Alienação de Bens Imóveis	3.000.000,00	3.000.000,00	-	-	-	-	3.000.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	183.459,00	183.459,00	11.244,98	6,13	37.700,96	20,55	145.758,04
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	265.006.913,00	265.006.913,00	7.690.560,70	2,90	16.543.606,66	6,24	248.463.306,34
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	1.558.795,00	1.558.795,00	-	-	-	-	1.558.795,00
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	263.448.118,00	263.448.118,00	7.690.560,70	2,92	16.543.606,66	6,28	246.904.511,34
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	421.234.628,00	421.234.628,00	74.852.171,83	17,77	163.909.264,37	38,91	257.325.363,63
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	421.234.628,00	421.234.628,00	74.852.171,83	17,77	163.909.264,37	38,91	257.325.363,63
RECEITAS CORRENTES	421.234.628,00	421.234.628,00	74.852.171,83	17,77	163.909.264,37	38,91	257.325.363,63
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	421.234.628,00	421.234.628,00	74.852.171,83	17,77	163.909.264,37	38,91	257.325.363,63
Pessoal Civil	371.866.809,00	371.866.809,00	65.985.954,69	17,74	146.363.861,58	39,36	225.502.947,42
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	331.306.198,00	331.306.198,00	58.415.479,53	17,63	132.117.878,05	39,88	199.188.319,95
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	26.472.155,00	26.472.155,00	4.806.221,75	18,16	9.311.745,66	35,18	17.160.409,34
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	14.088.456,00	14.088.456,00	2.764.253,41	19,62	4.934.237,87	35,02	9.154.218,13
Pessoal Militar	45.193.764,00	45.193.764,00	7.862.622,83	17,40	15.839.191,62	35,05	29.354.572,38
Contribuição Patronal de Militar Ativo	38.717.048,00	38.717.048,00	6.986.877,04	18,05	13.903.973,36	35,91	24.813.074,64
Contribuição Patronal de Militar Inativo	5.195.630,00	5.195.630,00	707.944,88	13,63	1.550.155,59	29,84	3.645.474,41
Contribuição Patronal de Pensionista Militar	1.281.086,00	1.281.086,00	167.800,91	13,10	385.062,67	30,06	896.023,33
Outras Contribuições Previdenciárias	4.174.055,00	4.174.055,00	1.003.594,31	24,04	1.706.211,17	40,88	2.467.843,83
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III=I+II)	7.252.083.119,00	7.252.083.119,00	976.131.228,98	13,46	2.161.353.548,33	29,80	5.090.729.570,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAM (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (V=III+IV)	7.252.083.119,00	7.252.083.119,00	976.131.228,98	13,46	2.161.353.548,33	29,80	5.090.729.570,67
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII = V + VI)	7.252.083.119,00	7.252.083.119,00	976.131.228,98	13,46	2.161.353.548,33		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)			118.218.660,00		118.218.660,00		
Superávit Financeiro			118.218.660,00		118.218.660,00		
Reabertura de Créditos Adicionais							

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101

5

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

RS 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	6.842.707.729,00	111.054.660,00	6.953.762.389,00	1.044.377.142,17	2.131.170.183,63	881.106.219,19	1.726.806.769,71	24,83	5.226.955.619,29
DESPESAS CORRENTES	4.873.005.556,00	16.265.744,00	4.889.271.300,00	813.692.823,24	1.756.661.445,80	725.003.032,93	1.443.740.513,34	29,53	3.445.530.786,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.194.820.640,00	(13.574.000,00)	2.181.246.640,00	361.190.698,31	921.284.151,20	372.715.649,88	757.334.551,62	34,72	1.423.912.088,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	85.905.000,00	(1.500.000,00)	84.405.000,00	19.277.371,41	37.765.470,64	19.277.371,42	37.765.470,64	44,74	46.639.529,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.592.279.916,00	31.339.744,00	2.623.619.660,00	433.224.753,52	797.611.823,96	333.010.011,63	648.640.491,08	24,72	1.974.979.168,92
DESPESAS DE CAPITAL	1.963.187.093,00	94.788.916,00	2.057.976.009,00	230.684.318,93	374.508.737,83	156.103.186,26	283.066.256,37	13,75	1.774.909.752,63
INVESTIMENTOS	1.662.289.504,00	99.174.416,00	1.761.463.920,00	187.066.326,72	295.111.661,41	112.483.194,05	203.669.179,95	11,56	1.557.794.740,05
INVERSÕES FINANCEIRAS	56.258.000,00	(885.500,00)	55.372.500,00	3.773.010,80	4.164.239,30	3.773.010,80	4.164.239,30	7,52	51.208.260,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	244.639.589,00	(3.500.000,00)	241.139.589,00	39.844.981,41	75.232.837,12	39.844.981,41	75.232.837,12	31,20	165.906.751,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.515.080,00	-	6.515.080,00	-	-	-	-	-	6.515.080,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	409.375.390,00	7.164.000,00	416.539.390,00	73.415.294,78	173.336.129,42	79.207.051,92	137.600.645,83	33,03	278.938.744,17
DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	409.375.390,00	7.164.000,00	416.539.390,00	73.415.294,78	173.336.129,42	79.207.051,92	137.600.645,83	33,03	278.938.744,17
Contribuições a Entidades Fech. de Previdência	100.000,00	-	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00
Obrigações Patronais	398.170.751,00	7.629.000,00	405.799.751,00	72.077.695,52	170.646.941,29	77.869.452,66	134.911.457,70	33,25	270.888.293,30
Despesas de Exercícios Anteriores	11.104.639,00	(465.000,00)	10.639.639,00	1.337.599,26	2.689.188,13	1.337.599,26	2.689.188,13	25,28	7.950.450,87
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X=VIII + IX)	7.252.083.119,00	118.218.660,00	7.370.301.779,00	1.117.792.436,95	2.304.506.313,05	960.313.271,11	1.864.407.415,54	25,30	5.505.894.363,46
AMORTIZ DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAM (XII = X + XI)	7.252.083.119,00	118.218.660,00	7.370.301.779,00	1.117.792.436,95	2.304.506.313,05	960.313.271,11	1.864.407.415,54	25,30	5.505.894.363,46
SUPERÁVIT (XIII)							296.946.132,79		
TOTAL (XIV = (XII + XIII))	7.252.083.119,00	118.218.660,00	7.370.301.779,00	1.117.792.436,95	2.304.506.313,05	960.313.271,11	2.161.353.548,33		

FONTE: SIAFEM, GECON, 14/05/2013 e 09h 07min

NOTAS EXPLICATIVAS:

- Os valores das receitas já estão considerando as suas respectivas deduções, ou seja, a Dedução para Formação do FUNDEB, as Transferências Constitucionais aos Municípios e as Restituições de Receitas.
- Durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não-processados deverão compor o total da despesa executada conforme o art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda

Deusarina Batista dos Santos
Contadora - CRC: 2699 - PI

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101

7

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

RS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	39.004.031,00	45.389.003,00	4.120.799,53	6.322.051,54	4.161.868,28	6.148.404,04	0,33	13,55	39.240.598,96
Assistencia ao Idoso	1.391.896,00	1.574.896,00	4.707,00	4.707,00	4.707,00	4.707,00	0,00	0,30	1.570.189,00
Assist. ao Portador de Deficiência	1.400.992,00	1.400.992,00	2.520,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00	0,00	0,45	1.394.692,00
Assist. à Criança e ao Adolescente	6.895.633,00	5.694.633,00	624.181,49	1.379.417,79	733.940,04	1.339.495,29	0,07	23,52	4.355.137,71
Assistencia Comunitária	29.315.510,00	36.718.482,00	3.489.391,04	4.931.626,75	3.416.921,24	4.797.901,75	0,26	13,07	31.920.580,25
PREVIDÊNCIA SOCIAL	934.346.473,00	934.346.473,00	181.015.611,89	357.378.996,46	92.661.300,54	268.562.544,46	14,40	28,74	665.783.928,54
Previdencia do Regime Estatutário	934.346.473,00	934.346.473,00	181.015.611,89	357.378.996,46	92.661.300,54	268.562.544,46	14,40	28,74	665.783.928,54
SAÚDE	1.010.148.953,00	1.002.333.453,00	157.974.003,09	258.637.515,08	150.513.478,72	242.533.290,63	13,01	24,20	759.800.162,37
Administração Geral	456.138.220,00	460.358.220,00	90.493.638,55	152.638.089,22	82.345.878,07	141.149.292,44	7,57	30,66	319.208.927,56
Formação de Recursos Humanos	5.521.368,00	5.521.368,00	1.350.691,54	2.501.416,94	1.402.701,08	2.022.326,54	0,11	36,63	3.499.041,46
Atenção Básica	243.977.952,00	235.870.452,00	34.813.032,96	49.236.136,58	35.280.401,14	46.793.141,09	2,51	19,84	189.077.310,91
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	260.066.548,00	259.528.548,00	30.476.351,91	52.675.648,21	30.476.785,63	51.370.841,36	2,76	19,79	208.157.706,64
Suporte Profilático e Terapêutico	6.490.392,00	6.490.392,00	-	414.156,00	414.156,00	414.156,00	0,02	6,38	6.076.236,00
Vigilância Sanitária	850.000,00	850.000,00	-	-	-	-	-	-	850.000,00
Ensino Superior	2.963.392,00	2.963.392,00	454.122,80	644.099,20	454.122,80	644.099,20	0,03	21,74	2.319.292,80
Saneamento Básico Rural	33.060.071,00	29.660.071,00	386.165,33	527.968,93	139.434,00	139.434,00	0,01	0,47	29.520.637,00
Desenvolvimento Científico	1.081.010,00	1.091.010,00	-	-	-	-	-	-	1.091.010,00
TRABALHO	35.712.361,00	36.669.361,00	1.141.194,54	1.203.144,41	910.977,88	972.927,75	0,05	2,65	35.696.433,25
Administração Geral	329.978,00	329.978,00	-	-	-	-	-	-	329.978,00
Normatização e Fiscalização	451.449,00	451.449,00	-	-	-	-	-	-	451.449,00
Tecnologia da Informação	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	200.000,00
Formação de Recursos Humanos	4.157.838,00	4.077.838,00	-	-	-	-	-	-	4.077.838,00
Assistência Comunitária	2.143.302,00	2.083.302,00	-	-	-	-	-	-	2.083.302,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.535.260,00	2.405.260,00	-	-	-	-	-	-	2.405.260,00
Empregabilidade	25.739.534,00	26.966.534,00	1.080.819,54	1.142.769,41	854.152,88	916.102,75	0,05	3,40	26.050.431,25
Fomento ao Trabalho	155.000,00	155.000,00	60.375,00	60.375,00	56.825,00	56.825,00	0,00	36,66	98.175,00
EDUCAÇÃO	1.271.423.860,00	1.320.653.730,00	221.001.762,82	366.597.202,35	146.342.267,29	285.488.709,81	15,31	21,62	1.035.165.020,19
Administração Geral	141.033.911,00	135.227.770,00	7.282.425,74	7.945.198,54	6.920.947,82	7.545.400,42	0,40	5,58	127.682.369,58
Tecnologia da Informação	4.380.000,00	3.380.000,00	56.229,42	56.229,42	37.486,27	37.486,27	0,00	1,11	3.342.513,73
Formação de Recursos Humanos	2.793.674,00	2.793.674,00	-	-	-	-	-	-	2.793.674,00
Ensino Fundamental	270.656.210,00	269.166.210,00	49.581.980,51	50.281.080,51	46.009.795,31	46.009.795,31	2,47	17,09	223.156.414,69
Ensino Médio	461.550.424,00	450.982.424,00	61.869.324,49	146.101.465,46	58.295.656,55	142.466.386,21	7,64	31,59	308.516.037,79
Ensino Profissional	38.735.296,00	38.735.296,00	1.971.449,75	2.752.066,69	1.466.712,01	1.920.955,62	0,10	4,96	36.814.340,38
Ensino Superior	152.661.484,00	152.661.484,00	16.162.998,88	31.220.876,71	10.391.483,14	25.142.050,17	1,35	16,47	127.519.433,83
Educação de Jovens e Adultos	15.803.881,00	13.804.881,00	41.057,00	43.907,00	41.057,00	43.907,00	0,00	0,32	13.760.974,00
Educação Especial	7.204.184,00	5.204.184,00	-	-	-	-	-	-	5.204.184,00
Educação Básica	176.604.796,00	248.697.807,00	84.036.297,03	128.196.378,02	23.179.129,19	62.322.728,81	3,34	25,06	186.375.078,19
CULTURA	14.492.776,00	15.122.776,00	507.559,72	1.497.820,22	529.309,72	1.408.242,22	0,08	9,31	13.714.533,78
Educação Básica	45.000,00	45.000,00	-	-	-	-	-	-	45.000,00
Patrimônio Hist. Art. e Arqueológico	953.000,00	903.000,00	-	-	-	-	-	-	903.000,00
Difusão Cultural	13.494.776,00	14.174.776,00	507.559,72	1.497.820,22	529.309,72	1.408.242,22	0,08	9,93	12.766.533,78

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101

9

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

RS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
INDÚSTRIA	5.785.149,00	6.825.149,00	306.815,92	306.815,92	306.815,92	306.815,92	0,02	4,50	6.518.333,08
Promoção Industrial	5.263.649,00	6.303.649,00	306.815,92	306.815,92	306.815,92	306.815,92	0,02	4,87	5.996.833,08
Mineração	116.500,00	116.500,00	-	-	-	-	-	-	116.500,00
Comercialização	405.000,00	405.000,00	-	-	-	-	-	-	405.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	75.873.256,00	81.781.256,00	602.748,39	1.069.374,39	414.932,44	881.588,44	0,05	1,08	80.899.697,56
Formação de Recursos Humanos	1.476.000,00	1.406.000,00	-	-	-	-	-	-	1.406.000,00
Promoção Comercial	472.585,00	472.585,00	-	-	-	-	-	-	472.585,00
Comercialização	2.988.254,00	4.078.254,00	47.702,95	47.702,95	47.702,95	47.702,95	0,00	1,17	4.030.551,05
Comércio Exterior	13.202.000,00	13.202.000,00	-	-	-	-	-	-	13.202.000,00
Turismo	57.734.417,00	62.622.417,00	555.045,44	1.021.671,44	367.229,49	833.855,49	0,04	1,33	61.788.561,51
COMUNICAÇÕES	9.127.920,00	11.927.920,00	6.151.435,76	10.472.033,37	6.204.749,76	10.174.909,37	0,55	85,30	1.753.010,63
Comunicação Social	8.227.920,00	11.027.920,00	5.972.545,76	10.293.143,37	6.204.749,76	10.174.909,37	0,55	92,26	853.010,63
Telecomunicações	900.000,00	900.000,00	178.890,00	178.890,00	-	-	-	-	900.000,00
ENERGIA	3.187.692,00	3.187.692,00	(253,73)	225.669,26	139.410,38	196.589,15	0,01	6,17	2.991.102,85
Infra-Estrutura Urbana	270.186,00	270.186,00	-	-	-	-	-	-	270.186,00
Conservação de Energia	34.500,00	34.500,00	-	-	-	-	-	-	34.500,00
Energia Elétrica	2.883.006,00	2.883.006,00	(253,73)	225.669,26	139.410,38	196.589,15	0,01	6,82	2.686.416,85
TRANSPORTE	477.129.046,00	490.258.056,00	45.824.284,80	110.219.533,84	46.235.262,01	109.973.485,08	5,90	22,43	380.284.570,92
Administração Geral	78.000,00	78.000,00	-	-	-	-	-	-	78.000,00
Tecnologia da Informação	858.000,00	858.000,00	-	-	-	-	-	-	858.000,00
Formação de Recursos Humanos	15.000,00	15.000,00	-	-	-	-	-	-	15.000,00
Transporte Aéreo	13.515.000,00	15.015.000,00	2.724.524,42	2.808.424,09	2.611.116,80	2.695.016,47	0,14	17,95	12.319.983,53
Transporte Rodoviário	428.488.281,00	447.517.291,00	42.665.763,66	102.707.880,06	43.190.148,49	102.575.238,92	5,50	22,92	344.942.052,08
Transporte Ferroviário	22.734.765,00	17.334.765,00	433.996,72	650.995,08	433.996,72	650.995,08	0,03	3,76	16.683.769,92
Transporte Hidroviário	11.440.000,00	9.440.000,00	-	4.052.234,61	-	4.052.234,61	0,22	42,93	5.387.765,39
DESPORTO E LAZER	31.536.100,00	31.536.100,00	372.281,01	453.683,60	373.681,01	453.683,60	0,02	1,44	31.082.416,40
Desporto de Rendimento	17.079.000,00	17.079.000,00	322.072,03	400.324,62	322.072,03	400.324,62	0,02	2,34	16.678.675,38
Deporto Comunitário	14.457.100,00	14.457.100,00	50.208,98	53.358,98	51.608,98	53.358,98	0,00	0,37	14.403.741,02
ENCARGOS ESPECIAIS	425.081.589,00	420.081.589,00	87.051.461,99	155.442.645,24	87.051.461,99	155.442.645,24	8,34	37,00	264.638.943,76
Serviço da Dívida Interna	308.006.589,00	303.006.589,00	56.962.203,13	104.103.942,55	56.962.203,13	104.103.942,55	5,58	34,36	198.902.646,45
Serviço da Dívida Externa	18.300.000,00	18.300.000,00	2.104.408,09	8.783.496,19	2.104.408,09	8.783.496,19	0,47	48,00	9.516.503,81
Outros Encargos Especiais	98.775.000,00	98.775.000,00	27.984.850,77	42.555.206,50	27.984.850,77	42.555.206,50	2,28	43,08	56.219.793,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA¹	6.515.080,00	6.515.080,00	-	-	-	-	-	-	6.515.080,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

RS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	409.375.390,00	416.539.390,00	73.415.294,78	173.336.129,42	79.207.051,92	137.600.645,83	7,38	33,03	278.938.744,17
LEGISLATIVA	19.657.900,00	19.657.900,00	4.286.910,42	7.853.282,54	4.286.910,42	7.853.282,54	0,42	39,95	11.804.617,46
Ação Legislativa	12.714.000,00	12.714.000,00	3.091.835,30	5.105.294,93	3.091.835,30	5.105.294,93	0,27	40,15	7.608.705,07
Administração Geral	6.943.900,00	6.943.900,00	1.195.075,12	2.747.987,61	1.195.075,12	2.747.987,61	0,15	39,57	4.195.912,39
JUDICIÁRIA	54.676.988,00	57.676.988,00	-	46.950.000,00	8.339.352,92	17.192.997,39	0,92	29,81	40.483.990,61
Ação Judiciária	54.676.988,00	57.676.988,00	-	46.950.000,00	8.339.352,92	17.192.997,39	0,92	29,81	40.483.990,61
ADMINISTRAÇÃO	136.025.002,00	141.389.002,00	30.411.730,05	60.891.917,38	28.982.517,07	57.613.158,28	3,09	40,75	83.775.843,72
Administração Geral	136.025.002,00	141.389.002,00	30.411.730,05	60.891.917,38	28.982.517,07	57.613.158,28	3,09	40,75	83.775.843,72
SAÚDE	28.900.000,00	28.900.000,00	7.601.460,33	15.109.905,95	7.601.460,33	15.109.905,95	0,81	52,28	13.790.094,05
Administração Geral	28.900.000,00	28.900.000,00	7.601.460,33	15.109.905,95	7.601.460,33	15.109.905,95	0,81	52,28	13.790.094,05
EDUCAÇÃO	170.045.500,00	168.845.500,00	31.115.193,98	42.531.023,55	29.996.811,18	39.831.301,67	2,14	23,59	129.014.198,33
Administração Geral	59.000.000,00	57.800.000,00	1.625.432,83	1.625.432,83	1.625.432,83	1.625.432,83	0,09	2,81	56.174.567,17
Ensino Médio	69.000.000,00	69.000.000,00	24.103.257,14	31.812.147,43	24.103.257,14	31.812.147,43	1,71	46,10	37.187.852,57
Ensino Superior	15.845.500,00	15.845.500,00	2.125.720,30	4.251.320,50	1.053.254,43	3.178.854,63	0,17	20,06	12.666.645,37
Educação Básica	26.200.000,00	26.200.000,00	3.260.783,71	4.842.122,79	3.214.866,78	3.214.866,78	0,17	12,27	22.985.133,22
AGRICULTURA	70.000,00	70.000,00	-	-	-	-	-	-	70.000,00
Extensão Rural	70.000,00	70.000,00	-	-	-	-	-	-	70.000,00
TOTAL (I + II)	7.252.083.119,00	7.370.301.779,00	1.117.792.436,95	2.304.506.313,05	960.313.271,11	1.864.407.415,54	100	25,30	5.505.894.363,46

FONTE: SIAFEM, GECON, 14/05/2013, 10h 10min

NOTAS EXPLICATIVAS:

1-A Reserva de contingência representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

2-Durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não-processados deverão compor o total da despesa executada conforme o art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Diário Oficial

10

Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2012 A ABRIL 2013

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções do TCE-PI

ESPECIFICAÇÃO	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	Total	Previsão
	2012	2012	2012	2012	2012	2012	2012	2012	2013	2013	2013	2013	(últimos 12 meses)	Atualizada 2013
Receitas Correntes (I)	653.215.681,11	573.867.351,24	670.923.466,86	546.672.303,95	498.388.496,45	562.056.957,04	732.663.454,59	758.220.542,43	612.406.175,11	783.156.322,22	544.539.921,84	603.131.977,71	7.539.242.650,55	7.416.715.195,00
Receita Tributária	223.261.523,84	223.554.430,95	243.545.630,38	239.282.719,88	217.163.828,28	249.801.360,55	269.753.143,44	299.698.227,50	252.569.730,34	259.728.201,89	226.328.522,37	250.971.909,07	2.955.659.228,49	2.903.837.226,00
ICMS	183.353.070,18	189.402.057,67	196.520.849,88	201.872.231,41	180.106.314,01	208.411.243,18	217.400.718,17	256.710.483,74	219.390.806,04	222.186.245,73	177.525.577,38	208.052.740,39	2.460.932.337,78	2.358.668.864,00
IPVA	14.959.855,63	12.741.548,58	14.890.178,10	13.609.800,51	12.704.507,02	13.175.937,64	5.838.549,42	5.273.248,51	12.527.305,94	13.936.496,37	15.973.109,42	17.653.803,94	153.284.341,08	143.173.571,00
ITCD	605.943,06	1.244.109,72	1.058.868,54	808.997,20	872.724,76	1.083.755,87	1.231.609,11	1.068.991,39	856.937,82	1.426.731,16	930.904,59	818.238,90	12.007.812,12	5.688.771,00
IRRF	11.271.167,01	12.027.119,93	9.473.318,26	13.609.737,68	8.611.517,38	14.764.034,70	34.843.007,79	25.991.657,74	7.182.977,04	9.986.931,07	18.826.894,53	13.581.498,57	180.169.861,70	176.192.003,00
Outras Receitas Tributárias	13.071.487,96	8.139.595,05	21.602.415,60	9.381.953,08	14.868.765,11	12.366.389,16	10.439.258,95	10.653.846,12	12.611.703,50	12.191.797,56	13.072.036,45	10.865.627,27	149.264.875,81	220.114.017,00
Receita de Contribuições	27.701.485,38	27.573.707,94	25.243.101,06	28.442.391,90	26.464.574,92	29.709.062,36	29.240.018,44	44.009.521,33	25.405.923,25	38.369.636,25	30.809.282,40	29.157.000,75	362.125.705,98	360.936.292,00
Receita Patrimonial	5.734.057,82	5.330.615,97	2.680.283,69	6.073.932,76	4.929.355,77	4.594.417,17	5.182.849,24	9.306.117,46	4.764.915,55	5.144.018,74	5.707.257,63	8.299.306,14	67.747.127,94	59.930.822,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	1.443.437,25	23.193,20	1.191.097,81	1.503.103,12	1.632.977,63	1.827.566,18	1.627.527,40	1.827.415,17	978.894,55	1.254.525,91	1.065.588,56	1.328.300,41	15.703.627,19	16.336.457,00
Transferências Correntes	392.136.542,46	312.976.813,33	311.476.831,77	267.327.038,94	244.934.596,01	271.595.785,66	421.792.764,56	398.597.678,93	325.805.124,35	476.144.307,10	277.824.871,64	309.254.573,35	4.009.866.928,30	4.028.301.701,00
Cota-Parte do FPE	271.685.442,22	231.842.481,27	173.132.214,13	191.047.765,00	167.163.988,73	177.452.119,01	239.855.687,69	271.110.889,42	250.665.901,96	337.244.161,46	194.227.590,99	208.401.826,13	2.713.830.068,01	2.792.171.210,00
Transferências da LC 87/96	367.635,94	367.635,94	367.635,94	367.635,94	-	735.271,88	367.635,94	367.635,94	-	-	-	1.470.543,75	4.411.631,27	5.135.574,00
Transferências da LC 61/1989	90.773,31	81.093,23	75.622,56	83.586,66	84.531,57	81.700,75	82.712,27	94.974,18	83.201,69	63.884,77	56.396,59	51.712,53	930.190,11	1.596.284,00
Transferências do FUNDEB	43.803.993,92	39.121.894,38	33.232.959,02	35.955.155,70	32.841.221,75	33.925.270,85	39.612.071,50	45.232.742,94	45.536.244,28	52.375.904,80	34.559.946,73	46.908.870,46	483.106.276,33	539.756.866,00
Complementação do FUNDEB	17.467.889,32	-	8.733.944,66	8.733.944,66	10.868.908,85	10.868.908,85	10.868.908,85	21.422.499,12	-	18.007.070,07	9.232.634,91	24.057.599,76	140.262.309,05	154.889.449,00
Outras Transferências Correntes	58.720.807,75	41.563.708,71	95.934.455,46	31.138.950,98	33.975.945,11	48.532.514,32	131.005.748,31	60.368.937,33	29.519.776,42	68.453.286,00	39.748.302,42	28.364.020,72	667.326.453,53	534.752.318,00
Outras Receitas Correntes	2.938.634,36	4.408.589,65	86.786.522,15	4.043.117,35	3.263.163,84	4.528.765,12	5.067.151,51	4.781.582,04	2.881.587,07	2.515.632,33	2.804.399,24	4.120.887,99	128.140.032,65	47.372.697,00
Deduções (II)	153.333.699,84	146.256.327,04	136.970.748,97	143.453.099,26	127.158.753,79	141.439.372,57	154.940.663,22	190.221.650,54	163.778.717,06	184.733.637,94	137.946.830,86	152.729.784,04	1.831.963.285,13	1.805.410.536,00
Transferências Constitucionais	52.045.589,94	52.410.820,03	57.328.588,44	56.020.633,78	50.469.387,91	57.359.771,43	55.791.452,73	65.218.516,82	59.651.793,11	62.686.106,24	52.133.144,61	60.919.847,06	682.035.652,10	671.718.719,00
Contrib. Plano Prev Assist Social Servidor	16.034.010,62	15.773.647,02	13.280.322,33	16.571.569,10	13.336.214,47	16.739.930,53	16.413.407,69	31.568.141,97	19.881.826,26	18.550.561,44	17.600.153,07	16.142.272,54	211.892.057,04	195.291.460,00
Contrib. p/ Custeio das Pensões Militares	-	-	-	-	-	-	-	344.479,10	-	-	-	-	344.479,10	-
Compens. financ. entre Regimes de Previd.	487.139,23	903.153,02	677.789,39	1.244.688,99	605.351,41	-	1.699.598,89	954.934,01	652.088,37	506.828,29	398.876,12	569.215,29	8.699.663,01	8.348.439,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	82.767.358,28	75.589.124,61	65.235.672,48	69.335.312,34	61.348.178,57	67.440.490,66	80.598.245,20	92.594.577,71	83.584.248,08	102.558.542,99	67.116.963,98	74.962.347,09	923.131.061,99	930.051.918,00
Restituições	999.601,77	1.579.582,36	448.376,33	280.895,05	1.399.621,43	(100.820,05)	437.958,71	-458.999,07	8.761,24	431.598,98	697.693,08	136.102,06	5.860.371,89	-
III - Receita Corrente Líquida (I-II)	500.881.981,27	427.611.024,20	533.952.717,89	403.219.204,69	371.229.742,66	420.617.584,47	577.722.791,37	567.998.891,89	448.627.458,05	598.422.684,28	406.593.090,98	450.402.193,67	5.707.279.365,42	5.611.304.659,00

Fonte: SIAFEM, GECON, 13/05/2013, 10h 05min.

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda

Deusarina Batista dos Santos
Contadora Geral do Estado - CRC 2699-PI



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções do TCE-PI

RS 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	205.637.714,00	205.637.714,00	36.159.531,77	76.045.040,20	64.766.446,15
RECEITAS CORRENTES	205.637.714,00	205.637.714,00	36.169.386,78	76.054.895,21	64.768.444,72
Receita de Contribuições dos Segurados	195.291.460,00	195.291.460,00	33.742.425,61	72.174.813,31	61.633.232,05
Pessoal Civil	172.185.185,00	172.185.185,00	30.072.267,06	63.930.966,64	54.054.593,23
Ativo	164.410.904,00	164.410.904,00	29.216.385,82	57.680.139,04	51.548.332,16
Inativo	5.374.349,00	5.374.349,00	735.875,20	3.869.019,30	1.647.551,42
Pensionista	2.399.932,00	2.399.932,00	120.006,04	2.381.808,30	858.709,65
Pessoal Militar	23.106.275,00	23.106.275,00	3.670.158,55	8.243.846,67	7.578.638,82
Ativo	22.127.789,00	22.127.789,00	3.493.421,86	6.951.938,77	7.110.463,44
Inativo	794.398,00	794.398,00	176.736,69	1.004.672,75	380.094,81
Pensionista	184.088,00	184.088,00	-	287.235,15	88.080,57
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.997.815,00	1.997.815,00	452.442,94	734.515,15	722.343,30
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	1.997.815,00	1.997.815,00	452.442,94	734.515,15	722.343,30
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	8.348.439,00	8.348.439,00	1.974.518,23	3.145.566,75	2.412.869,37
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	8.348.439,00	8.348.439,00	968.091,41	2.127.008,07	2.387.846,84
Demais Receitas Correntes	-	-	1.006.426,82	1.018.558,68	25.022,53
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	9.855,01	9.855,01	-1.998,57
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	421.234.628,00	421.234.628,00	74.852.171,83	163.909.264,37	127.508.849,22
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+ II)	626.872.342,00	626.872.342,00	111.011.703,60	239.954.304,57	192.275.295,37

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções do TCE-PI

RS 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	944.450.473,00	944.450.473,00	93.259.242,48	269.852.856,92	305.490.470,80
ADMINISTRAÇÃO	10.109.000,00	10.109.000,00	597.941,94	1.290.312,46	927.650,00
Despesas Correntes	6.947.000,00	6.947.000,00	507.547,73	623.539,26	927.650,00
Despesas de Capital	3.162.000,00	3.162.000,00	90.394,21	666.773,20	-
PREVIDÊNCIA	934.341.473,00	934.341.473,00	92.661.300,54	268.562.544,46	304.562.820,80
Pessoal Civil	933.836.473,00	933.836.473,00	92.661.300,54	268.562.544,46	304.561.796,78
Aposentadorias	638.138.760,00	638.138.760,00	67.768.551,56	200.664.398,91	224.369.639,40
Pensões	295.697.713,00	295.697.713,00	24.892.748,98	67.898.145,55	80.192.157,38
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	505.000,00	505.000,00	-	-	1.024,02
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	505.000,00	505.000,00	-	-	1.024,02
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV+V)	944.450.473,00	944.450.473,00	93.259.242,48	269.852.856,92	305.490.470,80
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III-VI)	-317.578.131,00	-317.578.131,00	17.752.461,12	-29.898.552,35	-113.215.175,43

Diário Oficial

12



Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	319.575.946,00	319.575.946,00	55.618.646,52	87.217.769,23	60.956.184,82
Plano Financeiro					
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					
Recursos para Formação de Reserva					
Outros Aportes para o RPPS					
Plano Previdenciário	319.575.946,00	319.575.946,00	55.618.646,52	87.217.769,23	60.956.184,82
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	319.575.946,00	319.575.946,00	55.618.646,52	87.217.769,23	60.954.804,25
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial					
Outros Aportes para o RPPS			-	-	1.380,57
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTARIA		
VALOR			-		
BENS E DIREITOS DO RPPS	MARÇO DE 2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		ABRIL DE 2013	31 DE DEZ DE 2012		
CAIXA	-	-	-		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	127.366.280,83	164.988.044,41	77.256.681,57		
INVESTIMENTO	86.133.102,03	81.596.235,73	104.815.632,34		
OUTROS BENS E DIREITOS	2.262.462,26	2.357.742,47	1.686.083,27		

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções do TCE-PI

RS 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
RECEITAS CORRENTES (VIII)	421.234.628,00	421.234.628,00	74.852.171,83	163.909.264,37	127.508.849,22
Receita de Contribuições	421.234.628,00	421.234.628,00	74.852.171,83	163.909.264,37	127.508.849,22
Patronal	417.060.573,00	417.060.573,00	73.848.577,52	162.203.053,20	126.183.515,31
Pessoal Civil	371.866.809,00	371.866.809,00	65.985.954,69	146.363.861,58	112.483.123,96
Ativo	331.306.198,00	331.306.198,00	58.415.479,53	132.117.878,05	99.790.797,56
Inativo	26.472.155,00	26.472.155,00	4.806.221,75	9.311.745,66	8.384.061,77
Pensionista	14.088.456,00	14.088.456,00	2.764.253,41	4.934.237,87	4.308.264,63
Pessoal Militar	45.193.764,00	45.193.764,00	7.862.622,83	15.839.191,62	13.700.391,35
Ativo	38.717.048,00	38.717.048,00	6.986.877,04	13.903.973,36	11.570.888,80
Inativo	5.195.630,00	5.195.630,00	707.944,88	1.550.155,59	1.714.092,81
Pensionista	1.281.086,00	1.281.086,00	167.800,91	385.062,67	415.409,74
Para Cobertura de Déficit Atuarial					-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	4.174.055,00	4.174.055,00	1.003.594,31	1.706.211,17	1.325.333,91
Receita Patrimonial					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-	-
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	421.234.628,00	421.234.628,00	74.852.171,83	163.909.264,37	127.508.849,22
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)					

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
ADMINISTRAÇÃO (XII)					
Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)					

Sem movimento

Fonte: SIAFEM, GECON, 14/05/2013, 12h 07min

NOTA EXPLICATIVA:

1-Durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não-processados deverão compor o total da despesa executada conforme o art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda do Estado do Piauí

Deusarina Batista dos Santos
Contadora - CRC-PI 2699



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013 / BIMESTRE: MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-Pi R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31/Dez/2012 (a)	Em 28/fev/2013 (b)	Em 30/abr/2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.789.884.268,51	3.726.024.231,55	3.706.946.680,57
DEDUÇÕES (II)	974.324.695,69	1.230.735.085,91	1.225.779.201,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.443.317.531,97	1.640.705.034,57	1.621.486.332,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	137.987.732,92	100.450.222,18
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	468.992.836,28	547.957.681,58	496.157.352,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.815.559.572,82	2.495.289.145,64	2.481.167.478,70
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.459.779.985,22	1.451.671.102,70	1.449.128.195,29
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.355.779.587,60	1.043.618.042,94	1.032.039.283,41

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	(11.578.759,53)	(323.740.304,19)

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(243.928.000,00)

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31/Dez/2012	Em 28/fev/2013	Em 30/abr/2013
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	15.850.119.929,01	15.850.119.929,01	15.850.119.929,01
Passivo Atuarial	15.850.119.929,01	15.850.119.929,01	15.850.119.929,01
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	160.184.804,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	77.256.681,57	108.519.561,33	246.584.280,14
Investimentos	104.815.632,34	88.460.766,49	81.596.235,73
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	182.617.205,85	200.677.603,12	167.995.710,89
DÍVIDA CONSOLID. LÍQUIDA PREVIDENC (IX) = (VII - VIII)	15.850.119.929,01	15.850.119.929,01	15.689.935.124,03
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	15.850.119.929,01	15.850.119.929,01	15.689.935.124,03

FONTE: SIAFEM, GEDIP / GECON 20-05-2013 / 12h 53min e LDO 2013.

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda

Deusarina Batista dos Santos
Contadora
CRC 2699 - PI

Diário Oficial

14

Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções do TCE-PI RS

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre 2013	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	6.233.085.694,00	952.832.222,15	2.118.927.205,66	1.946.156.845,93
Receita Tributária	1.873.327.784,00	302.941.710,11	624.318.288,96	554.686.304,70
ICMS	1.492.085.147,00	232.417.615,89	499.774.853,40	455.106.662,34
IPVA	57.269.428,00	13.443.304,36	24.022.718,55	19.512.695,61
ITCD	4.551.017,00	1.386.567,16	3.213.502,35	2.250.112,75
IRRF	176.192.003,00	32.408.393,10	49.578.301,21	38.430.596,43
Outras Receitas Tributárias	143.230.189,00	23.285.829,60	47.728.913,45	39.386.237,57
Receita de Contribuição	360.936.292,00	59.966.283,15	123.741.842,65	245.635.670,88
Receita Previdenciária	195.291.460,00	33.748.852,43	72.193.371,99	189.165.105,23
Outras Contribuições	165.644.832,00	26.217.430,72	51.548.470,66	56.470.565,65
Receita Patrimonial Líquida	57.933.007,00	357.284,75	751.603,42	987.201,84
Receita Patrimonial	113.992.152,00	14.006.563,77	23.915.498,06	18.454.981,20
(-) Aplicações Financeiras	56.059.145,00	13.649.279,02	23.163.894,64	17.467.779,36
Transferências Correntes	3.458.410.103,00	505.757.552,49	1.189.935.574,23	1.129.756.427,40
FPE	2.233.736.968,00	322.103.533,76	792.431.584,54	763.247.219,62
Convênios	161.393.454,00	18.721.502,54	73.615.842,92	41.173.201,75
Outras Transferências Correntes	1.063.279.681,00	164.932.516,19	323.888.146,77	325.336.006,03
Demais Receitas Correntes	482.478.508,00	83.809.391,65	180.179.896,40	15.091.241,11
Dívida Ativa	3.013.112,00	542.934,57	1.018.776,04	1.053.190,86
Diversas Receitas Correntes	479.465.396,00	83.266.457,08	179.161.120,36	14.038.050,25
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.024.252.372,00	9.173.885,84	19.262.447,53	25.696.099,45
Operações de Crédito (III)	750.000.000,00	1.462.330,16	2.671.389,91	11.649.605,02
Amortização de Empréstimos (IV)	183.459,00	11.244,98	37.700,96	38.220,69
Alienação de Bens (V)	9.062.000,00	9.750,00	9.750,00	522.757,74
Transferências de Capital	265.006.913,00	7.690.560,70	16.543.606,66	13.485.516,00
Convênios	263.448.118,00	7.690.560,70	16.543.606,66	13.485.516,00
Outras Transferências de Capital	1.558.795,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	265.006.913,00	7.690.560,70	16.543.606,66	13.485.516,00
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL (VII) = (I + VI)	6.498.092.607,00	960.522.782,85	2.135.470.812,32	1.959.642.361,93

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções do TCE-PI RS

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre 2013	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	4.816.703.703,00	804.210.084,85	1.581.341.159,17	1.452.452.205,30
Pessoal e Encargos Sociais	2.151.512.425,00	451.922.701,80	894.935.197,45	755.137.536,14
Juros e Encargos da Dívida (IX)	123.417.215,00	19.277.371,42	37.765.470,64	44.394.815,84
Outras Despesas Correntes	2.541.774.063,00	333.010.011,63	648.640.491,08	652.919.853,32
Tranf. Const e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Desp. Correntes	2.541.774.063,00	333.010.011,63	648.640.491,08	652.919.853,32
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (X) = (VIII - IX)	4.693.286.488,00	784.932.713,43	1.543.575.688,53	1.408.057.389,46
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.883.839.577,00	156.103.186,26	283.066.256,37	321.405.189,29
Investimentos	1.311.049.160,00	112.485.194,05	203.669.179,95	145.782.865,79
Inversões Financeiras	28.741.015,00	3.773.010,80	4.164.239,30	3.908.152,82
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	28.741.015,00	3.773.010,80	4.164.239,30	3.908.152,82
Amortização da Dívida (XIV)	544.049.402,00	39.844.981,41	75.232.837,12	171.714.170,68
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.339.790.175,00	116.258.204,85	207.833.419,25	149.691.018,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	19.324.073,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	6.052.400.736,00	901.190.918,28	1.751.409.107,78	1.557.748.408,07
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX = VII - XVIII)	445.691.871,00	59.331.864,57	384.061.704,54	401.893.953,86
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA **350.000.000,00**

FONTE: SIAFEM / GECON / 17-05-2013/ 12h 20min e LDO 2013.

NOTA EXPLICATIVA:

1- Os valores das receitas já estão considerando as suas respectivas deduções, ou seja, a Dedução para Formação do FUNDEB, as Transferências Constitucionais aos Municípios e as Restituições de Receitas.

2- Durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não-processados deverão compor o total da despesa executada conforme o art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda do Estado do Piauí

Deusarina Batista dos Santos
Contadora - CRC-PI 2699

Diário Oficial

16



Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2012				
[a]	[b]	[c]	[d]	[e=a+b-c-d]	[f]	[g]	[h]	[i]	[j]	[l=(f+g+i)]	
170116 - INST DOENÇAS TROP NAT PORTELA - THE	-	-			-	-	-				-
170117 - HOSP GETÚLIO VARGAS - TERESINA	-	150.289,85	149.719,85	570,00	-	-					-
170118 - CEN HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO PI THE	-	2,00			2,00	974.939,72	901.570,17	901.570,17			73.369,55
170119 - HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - PARNAIBA	-	639.702,73	604.647,39		35.055,34	246.478,06	56.993,11	56.993,11			189.484,95
170121 - HOSP EST DR. J. HARTMAN - ESPERANTINA	-	3.585,22			3.585,22	23.745,48					23.745,48
170123 - HOSP. EST JOSE MOURA FE - SIMPLICIO MENDES	-	-			-	3.835,00					3.835,00
170124 - HOSP REG TERESINHA N BARROS-S-JOAO	-	42.918,17	1.046,78	38.456,84	3.414,55	358,10					358,10
170125 - HOSP. REG. EUSTAQUIO PORTELA - VALENÇA PI	-	843,00			843,00	12.800,00					12.800,00
170126 - HOSP REG DIRC ARCOVERDE - URUÇUI	-	20.733,80			20.733,80	12.421,00					12.421,00
170128 - HOSP EST DE CANTO DO BURITI	-	62.478,83	780,00		61.698,83						
170129 - COORD REG DE SAÚDE - PARNAIBA	-	4.807,71	2.125,20		2.682,51						
170130 - COORD REG DE SAÚDE - PIRIPIRI	-	250,00	250,00		-						
170131 - COORD REG DE SAÚDE - CAMPO MAIOR	-	14.990,40	1.230,00		13.760,40						
170132 - COORD REG DE SAÚDE - VALENÇA DO PI	-	1.834,00	1.834,00		-						
170133 - COORD REG DE SAÚDE - PICOS	-	35.975,85	30.985,87		4.989,98	50,00					50,00
170134 - COORD REG DE SAUDE - FLORIANO	-	20.096,87	9.418,64		10.678,23						
170135 - COORD REG DE SAÚDE - S R NONATO	-	757,80			757,80						
170136 - COORD REG DE SAUDE - BOM JESUS	-	525,00	525,00		-						
170137 - COORD REG DE SAUDE - TERESINA	-	2.445,00			2.445,00	812,00					812,00
170139 - SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE	-	41.838.483,10	40.743.739,10		1.094.744,00	43.581.068,61	10.373.886,51	10.373.886,51	308.597,39		32.900.584,71
190101 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	-	540.022,05	446.429,98		93.592,07	6.531,08	4.148,00	4.148,00			2.383,08
200101 - SEC DESENV ECON. E TECNOLOGICO	-	407.297,08	407.297,08		-						
210101 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	-	6.374.536,28	1.144.968,80		5.229.567,48						
220101 - SEC DA JUSTIÇA E DIR HUMANOS	-	6.716.445,27	6.662.846,03		53.599,24	86.211,91	10.616,79	10.616,79			75.595,12
240101 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	-	7.198.899,89	7.109.577,10		89.322,79						
260101 - POLICIA MILITAR DO PIAUÍ	-	22.384.926,14	22.342.619,50		42.306,64	153.824,99	144.110,83	144.110,83			9.714,16
260102 - HOSP DIRCEU ARCOVERDE - TERESINA	-	609.975,38	600.522,70		9.452,68						
260104 - 3ª BAT POL. MILITAR - FLORIANO	-	6.465,00	3.165,00	2.200,00	1.100,00						
280101 - SEC DO MEIO AMBIENTE E REC HDRICOS	-	2.051.149,14	1.911.974,50		139.174,64	1.741.986,96	454.941,37	454.941,37	5.464,91		1.281.580,68
300101 - SEC DA ASSIST SOCIAL E CIDADANIA	-	2.271.908,62	2.266.130,40		5.778,22	2.800,00					2.800,00
300102 - FUNDO ESTADUAL DE ASSIST SOCIAL	-	686.392,65	686.142,65		250,00	356.308,91	163.557,41	163.557,41	19.900,00		172.851,50
330101 - COORD. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	-	230.626,94	230.626,94		-						
350101 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	-	3.524.819,37	3.524.819,37		-						

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101

17

RREQ – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2012				
[a]	[b]	[c]	[d]	[e=a+b-c-d]	[f]	[g]	[h]	[i]	[j]	[l=f+g-i]	
360101 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	-	2.372.086,04	2.361.791,48	-	10.294,56	-	10,00	-	-	-	10,00
370101 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	-	1.036.585,16	1.021.381,61	-	15.203,55	-	-	-	-	-	-
380101 - COORD. EST. INT. PESSOA C/DEFICIÊNCIA	-	163.990,63	85.583,33	-	78.407,30	-	79,31	79,31	79,31	-	-
440101 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	-	1.730.340,40	1.680.550,24	-	49.790,16	-	-	-	-	-	-
450101 - SECRETARIA DAS CIDADES	-	727.245,58	329.772,33	-	397.473,25	-	699.297,48	71.099,22	71.099,22	-	628.198,26
460101 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	-	3.919.691,36	3.800.494,29	-	119.197,07	-	48.560,49	31.868,25	31.868,25	-	16.692,24
470101 - SECRETARIA DO TURISMO	-	735.981,48	446.458,50	-	289.522,98	-	245.048,81	112.679,08	112.679,08	-	132.369,73
480101 - SEC DO TRAB E EMPREENDEDORISMO	-	695.613,32	695.613,32	-	-	-	-	-	-	-	-
490101 - SECRETARIA DE DEFESA CIVIL	-	971.867,69	813.296,25	-	158.571,44	-	2.191.732,00	1.249.330,93	1.249.330,93	-	942.401,07
500101 - SEC. EST. MINERACAO PETROLEO ENER. RENOV.	-	23.177,59	23.177,59	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	227.240.083,67	132.976.449,67	-	94.258.464,37	-	9.188.016,85	4.787.458,00	4.787.458,00	137.168,15	4.263.390,70
140201 - FUNDAÇÃO UNIV ESTADUAL DO PI	-	10.909.744,41	10.860.550,26	354,00	48.840,15	-	2.106.399,59	1.042.598,75	1.042.598,75	-	1.063.800,84
140202 - FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ	-	3.130.886,81	2.409.046,10	4.815,58	717.025,13	-	56.887,03	38.435,20	38.435,20	-	18.451,83
140203 - FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PI	-	721.017,95	613.312,74	-	107.705,21	-	793.537,85	66.888,28	66.888,28	-	726.649,57
140204 - FUNDAÇÃO RÁDIO E TV EDUCAT DO PI	-	361.606,64	361.065,64	-	541,00	-	7.660,13	7.439,24	7.439,24	-	220,89
140207 - INST SUPERIOR DE EDUCAÇÃO A. FREIRE	-	-	-	-	-	-	320,35	-	-	-	320,35
150201 - INST DE TERRAS DO PI - INTERPI	-	501.872,81	501.872,76	0,05	-	-	-	-	-	-	-
150202 - INST DE ASS TEC EXT RUR-EMATER	-	2.943.369,30	2.825.134,57	-	118.234,73	-	-	-	-	-	-
150204 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROP DO PI	-	1.560.237,12	1.560.115,98	-	121,14	-	3.688,22	-	-	-	3.688,22
160208 - INST DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI	-	263.923,70	259.742,26	-	4.181,44	-	4.282,17	4.282,17	4.282,17	-	-
190201 - FUNDAÇÃO CEPRO	-	463.937,90	462.155,90	-	1.782,00	-	-	-	-	-	-
200201 - JUNTA COMERC DO EST DO PIAUÍ	-	462.079,19	462.079,19	-	-	-	-	-	-	-	-
200203 - FUND AMPARO À PESQUISA DO PI	-	84.109,23	84.109,23	-	-	-	303.291,47	285.291,47	285.291,47	-	18.000,00
200205 - INST DE METROLOGIA DO PI - IMEPI	-	161.094,49	161.094,49	-	-	-	44.676,00	44.676,00	44.676,00	-	-
210201 - INST DE ASSIST. E PREVIDÊNCIA - IAPEP	-	5.728.778,49	3.680.081,27	-	2.048.697,22	-	716,53	-	-	-	716,53
210203 - FUNDO DE PREVIDENCIA DO PIAUÍ	-	182.617.205,85	92.267.411,85	-	90.349.794,00	-	1.644.521,67	610.563,64	610.563,64	-	1.033.958,03
210204 - AG. TECNOLOGIA INFORMAÇÃO DO PIAUÍ	-	144.678,46	143.958,46	-	720,00	-	123.588,99	24.638,84	24.638,84	98.950,15	-
210205 - EMPRESA DE GESTAO DE RECURSOS DO PI	-	2.262.756,16	2.124.058,90	-	138.697,26	-	194.741,29	7.445,53	7.445,53	-	187.295,76
450201 - DEP EST DE TRANSITO DO PIAUÍ	-	1.789.871,95	1.789.871,95	-	-	-	1.011.375,82	626.314,72	626.314,72	38.218,00	346.843,10
450202 - AG DESENV HABITACIONAL DO PIAUÍ	-	3.171.586,72	3.026.253,92	-	145.332,80	-	420,00	420,00	420,00	-	-
460201 - DEP DE ESTRADAS RODAGEM DO PIAUÍ	-	9.821.089,22	9.245.838,08	-	575.251,14	-	2.695.676,54	2.028.464,16	2.028.464,16	-	667.212,38
460202 - CIA METROP. TRANSP. PUBLICOS	-	140.237,27	138.696,12	-	1.541,15	-	196.233,20	-	-	-	196.233,20

RREQ – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2012				
[a]	[b]	[c]	[d]	[e=a+b-c-d]	[f]	[g]	[h]	[i]	[j]	[l=f+g-i]	
LEGISLATIVO	-	345,18	345,18	-	-	-	1.131.547,77	725.973,83	725.973,83	15.978,31	389.595,63
010101 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	-	345,18	345,18	-	-	-	779.747,77	374.173,83	374.173,83	15.978,31	389.595,63
020102 - FUNDO DE MODERNIZ	-	-	-	-	-	-	351.800,00	351.800,00	351.800,00	-	-
JUDICIÁRIO	-	629.645,30	557.419,41	-	72.225,89	-	7.498.858,37	2.914.714,54	2.914.714,54	36.654,79	4.547.489,04
040101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	-	345.579,70	345.579,70	-	-	-	868.763,36	180.292,63	180.292,63	36.654,79	651.815,94
040103 - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	-	41,70	-	-	41,70	-	2.419.304,01	657.822,14	657.822,14	-	1.761.481,87
040105 - FUNDO ESP REAP E MOD DO JUDICIÁRIO	-	284.023,90	211.839,71	-	72.184,19	-	4.210.791,00	2.076.599,77	2.076.599,77	-	2.134.191,23
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	17.750.399,10	15.518.453,35	-	2.231.945,75	-	3.207.229,89	1.234.551,76	1.234.551,76	-	1.972.678,13
250101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	-	17.750.039,10	15.518.453,35	-	2.231.585,75	-	3.140.029,89	1.200.951,76	1.200.951,76	-	1.939.078,13
250102 - FUNDO ESPECIAL DO MIN PUBLICO	-	360,00	-	-	360,00	-	67.200,00	33.600,00	33.600,00	-	33.600,00
250103 - CORREGEDORIA GERAL DO MP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAM) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III = I + II)	-	468.992.836,28	341.966.335,61	-	118.247.786,52	-	123.805.905,63	48.441.835,22	48.441.835,22	785.023,15	74.579.047,26

FONTE: SIAFEM / GECON / 17-05-2013 / 11h 10min

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda do Estado do Piauí

Deusarina Batista dos Santos
Contadora - CRC-PI 2699

Diário Oficial

18



Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013 / BIMESTRE: MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 8 (Lei nº 9.394/1996, art. 72); Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções do TCE-PI.

RS 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	2.773.085.423,00	2.773.085.423,00	455.790.351,60	943.946.395,80	34,04
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	2.446.661.481,00	2.446.661.481,00	388.033.571,18	830.284.449,36	33,94
1.1.1- ICMS	2.358.668.864,00	2.358.668.864,00	381.731.337,75	816.445.645,73	34,61
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	900.988,46	1.630.954,41	
1.1.3- Dívida Ativa do ICMS	4.108.789,00	4.108.789,00	1.697.960,07	1.697.960,07	
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ICMS	-	-	-	-	
1.1.5- (-) Deduções da Receita do ICMS	-	-	-143.695,12	-199.834,66	
1.1.6- Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	76.883.828,00	76.883.828,00	3.846.980,02	10.709.723,81	13,93
1.1.7- (-) Deduções da Receita do Adicional de até 2% do ICMS	-	-	-	-	
1.2- Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCD	7.058.368,00	7.058.368,00	1.736.395,86	4.020.064,84	56,95
1.2.1- ITCD	5.688.771,00	5.688.771,00	1.749.143,49	4.032.812,47	70,89
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITCD	-	-	-	-	
1.2.3- Dívida Ativa do ITCD	1.369.597,00	1.369.597,00	-	-	
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITCD	-	-	-	-	
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITCD	-	-	(12.747,63)	(12.747,63)	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	143.173.571,00	143.173.571,00	33.611.991,46	60.063.580,39	41,95
1.3.1- IPVA	143.173.571,00	143.173.571,00	33.626.913,36	60.090.715,67	41,97
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPVA	-	-	-	-	
1.3.3- Dívida Ativa do IPVA	-	-	-	-	
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPVA	-	-	-	-	
1.3.5- (-) Deduções da Receita do IPVA	-	-	-14.921,90	-27.135,28	
1.4- Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	176.192.003,00	176.192.003,00	32.408.393,10	49.578.301,21	28,14
1.4.1- IRRF	176.192.003,00	176.192.003,00	32.408.393,10	49.578.301,21	28,14
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	2.798.903.068,00	2.798.903.068,00	404.208.069,99	992.265.219,87	35,45
2.1- Cota-Parte FPE	2.792.171.210,00	2.792.171.210,00	402.629.417,12	990.539.480,54	35,48
2.2- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	5.135.574,00	5.135.574,00	1.470.543,75	1.470.543,75	28,63
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	1.596.284,00	1.596.284,00	108.109,12	255.195,58	15,99
2.4- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	5.571.988.491,00	5.571.988.491,00	859.998.421,59	1.936.211.615,67	34,75

RREO - Anexo 8 (Lei nº 9.394/1996, art. 72); Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções do TCE-PI.

R\$ 1,00

DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de (1.1 - (1.1.6 - 1.1.7)))	592.444.413,25	592.444.413,25	96.046.647,79	204.893.681,39	34,58
5- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.3)	71.586.785,50	71.586.785,50	16.805.995,73	30.031.790,20	41,95
6- PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de 2.3)	399.071,00	399.071,00	27.027,28	63.798,90	15,99
7- TOTAL DAS DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (4 + 5 + 6)	664.430.269,75	664.430.269,75	112.879.670,80	234.989.270,48	35,37
8- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (3 - 7)	4.907.558.221,25	4.907.558.221,25	747.118.750,79	1.701.222.345,19	34,67
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
9- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
10- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	70.437.881,00	70.437.881,00	9.593.239,08	14.354.252,72	20,38
10.1- Transferências do Salário-Educação	50.000.000,00	50.000.000,00	5.767.454,28	8.509.244,17	-
10.2- Outras Transferências do FNDE	20.437.881,00	20.437.881,00	3.010.440,00	3.010.440,00	-
10.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	815.344,80	2.834.568,55	-
11- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS. DE CONVÊNIOS	72.573.304,00	72.573.304,00	4.860.825,00	47.243.318,41	65,10
11.1- Transferências de Convênios	72.573.304,00	72.573.304,00	4.860.825,00	47.243.318,41	-
11.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	-
12- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
13- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	-
14- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (9+10+11+12+13)	143.011.185,00	143.011.185,00	14.454.064,08	61.597.571,13	43,07

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
15- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	946.273.243,65	946.273.243,65	142.172.675,53	328.186.864,03	34,68
15.1- Receita Resultante do ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.1 - 4))	370.843.413,55	370.843.413,55	57.627.988,67	122.936.208,83	33,15
15.2- Receita Resultante do ITCMD Destinada ao FUNDEB - (20% de 1.2)	1.411.673,60	1.411.673,60	347.279,17	804.012,97	56,95
15.3- Receita Resultante do IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.3 - 5))	14.317.357,10	14.317.357,10	3.361.199,15	6.006.358,04	41,95
15.4- Cota-Parte FPE Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1)	558.434.242,00	558.434.242,00	80.525.883,42	198.107.896,11	35,48
15.5- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.027.114,80	1.027.114,80	294.108,75	294.108,75	28,63
15.6- Cota-Parte IPI Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de (2.3 - 6))	239.442,60	239.442,60	16.216,37	38.279,34	15,99
16- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	694.646.315,00	694.646.315,00	114.997.836,12	231.259.375,67	33,29
16.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	539.756.866,00	539.756.866,00	81.468.817,19	179.380.966,27	33,23
16.2- Complementação da União ao FUNDEB	154.889.449,00	154.889.449,00	33.290.234,67	51.297.304,74	33,12
16.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-	238.784,26	581.104,66	-
17- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (16.1 - 15)	-406.516.377,65	-406.516.377,65	-60.703.858,34	-148.805.897,76	36,61
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
18- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	570.935.560,00	570.935.560,00	112.568.574,75	201.293.271,60	35,26
18.1- Com Ensino Fundamental	205.305.560,00	205.305.560,00	44.064.145,87	44.064.145,87	21,46
18.2- Com Ensino Médio	365.630.000,00	365.630.000,00	68.504.428,88	157.229.125,73	43,00
19- OUTRAS DESPESAS	123.710.755,00	123.710.755,00	8.389.773,45	10.386.327,55	8,40
19.1- Com Ensino Fundamental	37.820.650,00	37.820.650,00	1.944.449,44	1.944.449,44	5,14
19.2- Com Ensino Médio	85.890.105,00	85.890.105,00	6.445.324,01	8.441.878,11	9,83
20- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (18 + 19)	694.646.315,00	694.646.315,00	120.958.348,20	211.679.599,15	30,47

Diário Oficial

20



Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101

RREO - Anexo 8 (Lei nº 9.394/1996, art. 72); Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções do TCE-PI.

RS 1,00

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
21- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	-
22- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	69.142,58
23- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (21 + 22)	69.142,58
24- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO¹ ((18 - 23) / (16) x 100) %	87,01

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
25 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	14.098.195,67
26 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 25 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²	14.098.195,67

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
27- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 8) ³	1.226.889.555,31	1.226.889.555,31	186.779.687,70	425.305.586,30	34,67
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
28- EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-
29- ENSINO FUNDAMENTAL	252.156.210,00	252.156.210,00	46.008.595,31	46.008.595,31	18,25
29.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	243.126.210,00	243.126.210,00	46.008.595,31	46.008.595,31	18,92
29.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	9.030.000,00	9.030.000,00	0,00	0,00	0,00
30- ENSINO MÉDIO	489.560.146,00	483.560.146,00	75.820.664,89	166.541.915,84	34,44
30.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	451.520.105,00	451.520.105,00	74.949.752,89	165.671.003,84	36,69
30.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	38.040.041,00	32.040.041,00	870.912,00	870.912,00	2,72
31- ENSINO SUPERIOR	153.373.780,00	153.373.780,00	10.503.490,40	26.932.910,06	17,56
32- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	27.653.500,00	27.653.500,00	427.362,93	881.606,54	3,19
33- OUTRAS	345.697.027,00	345.697.027,00	30.226.002,05	67.950.966,63	19,66
34- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (28 + 29 + 30 + 31 + 32 + 33)	1.268.440.663,00	1.262.440.663,00	162.986.115,58	308.315.994,38	24,42

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE	VALOR
35- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (17)	-148.805.897,76
36- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	51.297.304,74
37- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (55 h)	581.104,66
38- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	14.098.195,67
39- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
40- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴	-
41- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-
42- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL (35 + 36 + 37 + 38 + 39 + 40 + 41)	-82.829.292,69
43- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (34 - 42)	391.145.287,07
44- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE (5) ((43) / (8) x 100) %	22,99

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
45- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
46- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	70.437.881,00	70.437.881,00	2.782.500,94	3.142.269,69	4,46
47- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25.150.000,00	23.150.000,00	802.395,41	1.229.057,88	5,31
48- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	6.337.412,80	7.697.861,80	100,00
49- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (45 + 46 + 47 + 48)	95.587.881,00	93.587.881,00	9.922.309,15	12.069.189,37	12,90
50- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (34+49)	1.364.028.544,00	1.356.028.544,00	172.908.424,73	320.385.183,75	23,63
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
51- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	26.415.155,59		0,00		

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR
	FUNDEB (h)
52- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	14.098.195,67
53- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	230.678.271,01
54- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	172.535.201,18
55- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	581.104,66
56- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	72.822.370,16

FONTE: SIAFEM, GECON, 15/05/2013, 13h 03min

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício com pagamento dos profissionais do magistério no Ensino Fundamental e Médio como percentual dos recursos do FUNDEB.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Receitas mínimas a serem aplicadas em MDE, resultantes de impostos e transferências legais, após a dedução das transferências constitucionais. O valor é obtido pela aplicação do percentual de 25%, previsto no caput do artigo 212 da CF/1988, sobre o item 8 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS.

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Registra o percentual efetivamente aplicado em MDE em relação às receitas líquidas provenientes de impostos. O limite constitucional mínimo de verã ser observado somente no encerramento do exercício, pois o limite considerado é anual.

⁶ Durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não-processados, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

⁷ Para fins de interpretação, o valor do Resultado Líquido da Transferência será deduzido quando positivo e adicionado, reduzindo o valor das deduções, quando negativo.

Diário Oficial

22



Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.773.085.423,00	2.773.085.423,00	943.126.914,80	34,01
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	5.688.771,00	5.688.771,00	4.032.812,47	70,89
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	2.435.552.692,00	2.435.552.692,00	826.955.534,88	33,95
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	143.173.571,00	143.173.571,00	60.063.580,39	41,95
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	176.192.003,00	176.192.003,00	49.578.301,21	28,14
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	7.000.000,00	7.000.000,00	1.223.215,80	17,47
Dívida Ativa dos Impostos	5.478.386,00	5.478.386,00	1.273.470,05	23,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	-	-	-	-
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	2.798.903.068,00	2.798.903.068,00	992.265.219,87	35,45
Cota-Parte FPE	2.792.171.210,00	2.792.171.210,00	990.539.480,54	35,48
Cota-Parte IPI-Exportação	1.596.284,00	1.596.284,00	255.195,58	15,99
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	5.135.574,00	5.135.574,00	1.470.543,75	28,63
Desoneração ICMS (LC 87/96)	5.135.574,00	5.135.574,00	1.470.543,75	28,63
Outras	-	-	-	-
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	661.653.072,00	661.653.072,00	234.220.568,01	35,40
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	589.667.215,00	589.667.215,00	204.111.411,44	34,61
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	71.586.786,00	71.586.786,00	30.045.357,84	41,97
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	399.071,00	399.071,00	63.798,73	15,99
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	4.910.335.419,00	4.910.335.419,00	1.701.171.566,66	34,64

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	239.203.234,00	239.203.234,00	68.979.054,26	28,84
Provenientes da União	200.000.000,00	200.000.000,00	49.699.769,09	24,85
Provenientes de Outros Estados	-	-	-	-
Provenientes de Municípios	39.203.234,00	39.203.234,00	19.279.285,17	49,18
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	239.203.234,00	239.203.234,00	68.979.054,26	28,84

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%
		(e)	(f)	(f/e) x 100	(g)	(g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	670.765.705,00	689.754.677,00	211.590.744,63	30,68	202.235.231,66	29,32
Pessoal e Encargos Sociais	299.230.030,00	299.580.030,00	107.999.241,00	36,05	107.999.241,00	36,05
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	371.535.675,00	390.174.647,00	103.591.503,63	26,55	94.235.990,66	24,15
DESPESAS DE CAPITAL	219.208.953,00	198.307.481,00	8.279.118,11	4,17	1.938.189,61	0,98
Investimentos	219.208.953,00	198.307.481,00	8.279.118,11	4,17	1.938.189,61	0,98
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	889.974.658,00	888.062.158,00	219.869.862,74	24,76	204.173.421,27	22,99
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%
			(h)	(h/Vf)x100	(i)	(i/Vg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	299.738.592,00	297.888.592,00	51.132.643,22	23,26	48.262.380,24	23,64
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	238.592.334,00	238.442.334,00	50.384.671,66	22,92	47.700.850,77	23,36
Recursos de Operações de Crédito	15.000.000,00	15.000.000,00	-	-	-	-
Outros Recursos	46.146.258,00	44.446.258,00	747.971,56	0,34	561.529,47	0,28
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)	299.738.592,00	297.888.592,00	51.132.643,22	23,26	48.262.380,24	23,64
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = (V - VI)	590.236.066,00	590.173.566,00	168.737.219,52	76,74	155.911.041,03	76,36
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VIIh / IVb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 12% ^{4e5}					9,16%	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIII - 12)/100 x IVb]					-2,84%	

Diário Oficial

24



Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

R\$ 1,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em <Exercício de Referência>					
...					
Inscritos em <Exercício de Referência - 4>					
Inscritos em <Exercícios Anteriores ao de Referência - 4 (Somatório)>					
Total					
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (Não Aplicado)	
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em <Exercício de Referência>					
...					
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em <Exercício de Referência - 4>					
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em <Exercícios Anteriores ao de Referência - 4 (Somatório)>					
Total (IX)					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (Não Aplicado)	
Diferença de limite não cumprido em <Exercício de Referência - 1>					
...					
Diferença de limite não cumprido em <Exercício de Referência - 5>					
Diferença de limite não cumprido em <Exercícios Anteriores ao de Referência - 5 (Somatório)>					
Total (X)					

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE-PI

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	200.958.734,00	192.851.234,00	32.225.522,33	14,66	29.782.526,84	14,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	170.929.741,00	176.474.741,00	20.213.621,12	9,19	19.085.642,01	9,35
Suporte Profilático e Terapêutico	6.490.392,00	6.490.392,00	414.156,00	0,19	414.156,00	-
Vigilância Sanitária	850.000,00	850.000,00	-	-	-	-
Vigilância Epidemiológica	-	-	-	-	-	-
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	510.745.791,00	511.395.791,00	167.016.563,29	-	154.891.096,42	75,86
TOTAL	889.974.658,00	888.062.158,00	219.869.862,74	100,00	204.173.421,27	100,00

FONTE: SIAFEM, GECON, 16/05/2013, 10h 17min

NOTAS:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

⁶ As receitas de Impostos são apresentadas com as devidas deduções de restituições.

⁷ Durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não-processados deverão compor o total da despesa executada conforme o art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda do Estado do Piauí

Deusarina Batista dos Santos
Contadora - CRC-PI 2699



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013 / BIMESTRE: MARÇO - ABRIL

ESPECIFICAÇÃO	R											RS 1,00
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)		REGISTROS EFETUADOS EM 2013						SALDO TOTAL (c) = (a+b)			
			No bimestre		Até o bimestre (b)							
TOTAL DE ATIVOS												
Direitos Futuros												
Ativos Contabilizados na SPE												
Contrapartida para Provisões de PPP												
TOTAL DE PASSIVOS												
Obrigações Não Relacionadas a Serviços												
Contrapartida para Ativos da SPE												
Provisões de PPP												
GARANTIAS DE PPP (II)												
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (II)												
PASSIVOS CONTINGENTES												
Contraprestações Futuras												
Riscos Não Provisionados												
ATIVOS CONTINGENTES												
Serviços Futuros												
Outros Ativos Contingentes												
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR 2012	EXERCÍCIO CORRENTE 2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Do Ente Federado												
Des Estadais Não-Dependentes												
TOTAL DAS DESPESAS												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDAS (RCL)	5.575.468.120,71	5.707.279.365,42	5.913.882.878,45	6.127.965.438,65	6.349.797.787,53	6.579.660.467,44	6.817.844.176,36	7.064.650.135,54	7.320.390.470,45	7.585.388.605,48	7.859.979.673,00	
TOTAL DAS DESPESAS RCL (%)												

Nota:

FONTE: SIAFEM, GECON / 16-05-2013 / 11h 09min.

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda

Deusarina Batista dos Santos
Contador CRC 2699-PI

Diário Oficial

26



Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE.

RS 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial			7.252.083.119,00
Previsão Atualizada			7.252.083.119,00
Receitas Realizadas	976.131.228,98		2.161.353.548,33
Déficit Orçamentário	-		-
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	118.218.660,00		118.218.660,00
DESPESAS			
Dotação Inicial			7.252.083.119,00
Créditos Adicionais			118.218.660,00
Dotação Atualizada			7.370.301.779,00
Despesas Empenhadas	1.117.792.436,95		2.304.506.313,05
Despesas Liquidadas	960.313.271,11		1.864.407.415,54
Superávit Orçamentário			296.946.132,79
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas	1.117.792.436,95		2.304.506.313,05
Despesas Liquidadas	960.313.271,11		1.864.407.415,54
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			5.707.279.365,42
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social	-		-
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)			
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)			
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-		-
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	111.011.703,60		239.954.304,57
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	93.259.242,48		269.852.856,92
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	17.752.461,12		(29.898.552,35)
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	(243.928.000,00)	(323.740.304,19)	132,72%
Resultado Primário	350.000.000,00	384.061.704,54	109,73%

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101

27

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE.

R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	468.992.836,28	8.778.714,15	341.966.335,61	118.247.786,52
Poder Executivo	450.612.446,70	8.778.714,15	325.890.117,67	115.943.614,88
Poder Legislativo	345,18	-	345,18	-
Poder Judiciário	629.645,30	-	557.419,41	72.225,89
Ministério Público	17.750.399,10	-	15.518.453,35	2.231.945,75
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	123.805.905,63	785.023,15	48.441.835,22	74.579.047,26
Poder Executivo	111.968.269,60	732.390,05	43.566.595,09	67.669.284,46
Poder Legislativo	1.131.547,77	15.978,31	725.973,83	389.595,63
Poder Judiciário	7.498.858,37	36.654,79	2.914.714,54	4.547.489,04
Ministério Público	3.207.229,89	-	1.234.551,76	1.972.678,13
TOTAL	592.798.741,91	9.563.737,30	390.408.170,83	192.826.833,78
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	391.145.287,07	25%		22,99
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	211.679.599,15	60%		87,01
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	-	60%		-
Complementação da União ao FUNDEB	51.297.304,74	10%		100,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo não realizado	
Receita de Operação de Crédito				
Despesa de Capital Líquida				
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	1º Exercício	2º Exercício	3º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	155.911.041,03	12,00		9,16
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas / RCL (%)				

FONTE: SIAFEM, GECON, 20-05-2013, 12h 49 min.

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda do Estado do Piauí

Deusarina Batista dos Santos
Contadora - CRC-PI 2699

Diário Oficial

28



Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2012 A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Port STN 637/2012 e Resoluções do TCE-PI

R\$ 1,00

	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCR EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I = 1 + 2 + 3)	3.134.593.039,97	-
1 - Pessoal Ativo	2.197.734.111,84	-
2 - Pessoal Inativo e Pensionistas	897.432.600,55	-
3 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	39.426.327,58	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II = 4 + 5 + 6 + 7)	616.834.785,70	-
4 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	13.387,37	-
5 - Decorrentes de Decisão Judicial	66.159.564,53	-
6 - Despesas de Exercícios Anteriores	37.950.095,70	-
7 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	512.711.738,10	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III = (I - II))	2.517.758.254,27	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		2.517.758.254,27

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	5.707.279.365,42
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = IV / V * 100	44,11%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	2.796.566.889,06
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF) - 46,55%	2.656.738.544,60
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	2.516.910.200,15

FONTE: SIAFEM, GECON, 17/05/2013, 13h 25 min

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda do Estado do Piauí

Deusarina Batista dos Santos
Contadora - CRC-PI 2699



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ANEXO II
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE PI

RS

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA DC (I)	3.789.884.268,51	3.706.946.680,57		
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	2.583.164.203,10	2.495.070.473,81		
Interna	1.799.014.151,07	1.731.089.179,88		
Externa	784.150.052,03	763.981.293,93		
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (Inclusive)	1.206.720.065,41	1.211.876.206,76		
Demais Dívidas				
DEDUÇÕES (II) (1)	974.324.695,69	1.225.779.201,87		
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.443.317.531,97	1.621.486.332,00		
Haveres Financeiros		100.450.222,18		
(-) Restos a Pagar Proces., exceto Precatórios (2)	468.992.836,28	496.157.352,31		
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	2.815.559.572,82	2.481.167.478,70		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5.575.468.120,71	5.707.279.365,42		
% da DC sobre a RCL	67,97	64,95		
% da DCL sobre a RCL	50,50	43,47		
% LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (200%)	11.150.936.241,42	11.414.558.730,84		
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV) = (V + VI + VII)	2.583.164.203,10	2.495.070.473,81		
DÍVIDA DE PPP (V)				
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	253.059.919,81	237.251.988,53		
De Tributos	4.645.744,74	4.300.382,34		
De Contribuições Sociais	248.414.175,07	232.951.606,19		
Previdenciárias (INSS)	203.708.386,61	189.561.826,09		
Demais Contribuições Sociais	44.705.788,46	43.389.780,10		
Com Instituições Não Financeiras				
DÍVIDAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (VII)	2.112.284.117,91	2.053.224.196,90		
Interna	1.328.134.065,88	1.289.242.902,97		
Externa	784.150.052,03	763.981.293,93		
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	217.820.165,38	204.594.288,38		
C/ Tesouro Nacional	217.820.165,38	204.594.288,38		
Lei 9496				
Lei 8727	108.409.515,59	99.890.945,14		
DMLP	109.410.649,79	104.703.343,24		
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	28.651.263,40	130.262.009,23		
Precatórios anteriores a 5/5/2000	28.292.998,04	8.560.231,04		
Insuficiência Financeira				
Depósitos	358.265,36	52.909.034,84		
RP Não - Processados de Exercícios Anteriores		68.792.743,35		
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				

RÉGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	15.850.119.929,01	15.850.119.929,01		
Passivo Atuarial	15.850.119.929,01	15.850.119.929,01		
Demais Dívidas				
DEDUÇÕES (X) (1)		160.184.804,98		
Disponibilidade de Caixa Bruta	77.256.681,57	246.584.280,14		
Investimentos	104.815.632,34	81.596.235,73		
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados (2)	182.617.205,85	167.995.710,89		
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	544.891,94			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI)=(IX-X)	15.850.119.929,01	15.689.935.124,03		

Fonte: Gerência da Dívida Pública(SEFAZ/UNIGED/GEDIP).

(1) - DEDUÇÕES: Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira".

(2) - Restos a Pagar Processados: Incluem despesas empenhadas, liquidadas e não pagas do próprio exercício.

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí
CPF: 064.445.553-53

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda
CPF: 054.311.153-91

Deusarina Batista dos Santos
Contador
CRC: 2699 - PI

Diário Oficial

30



Teresina(PI) - Sexta-feira, 31 de maio de 2013 • Nº 101



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ANEXO III
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE PI

R\$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos termos da LRF				
INTERNAS (II)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos termos da LRF				
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS III = (I+II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	5.575.468.120,71	5.707.279.365,42		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
% LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 43/01 DO SENADO FEDERAL = (22%)	1.226.602.986,56	1.255.601.460,39		

CONTRAGARANTIAS RECEBIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos termos da LRF				
INTERNAS (VI)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos termos da LRF				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (V+VI)				
MEDIDAS CORRETIVAS				

Fonte: Gerência da Dívida Pública (SEFAZ/UNIGED/GEDIP)

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí
CPF: 064.445.553-53

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda
CPF: 054.311.153-91

Deusarina Batista dos Santos
Contadora
CRC/PI: 002699/O-8



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ANEXO IV
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE PI

RS

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	2.671.389,91	2.671.389,91
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna	2.671.389,91	2.671.389,91
Abertura de Crédito	2.671.389,91	2.671.389,91
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Derivadas de PPP		-
Demais Aquisições Financiadas		
Antecipação de Receita		
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Demais Antecipações de Receita		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito		
Externa	-	-
Abertura de Crédito	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas		
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-
Amparadas pelo at. 9-N da Resolução nº 2.827/0 , 3794/2009 e 4.109/2012 do CMN	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA – RCL	5.707.279.365,42	-
OPERAÇÕES VEDADAS	-	-
Do Período de Referência	-	-
De Períodos Anteriores ao de Referência	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	2.671.389,91	0,05
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	913.164.698,47	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	399.509.555,58	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IIa + IV)	2.671.389,91	0,05

FONTE: Gerência da Dívida Pública - (SEFAZ/UNIGED/GEDIP)

Notas:

¹ Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedada

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí
CPF: 064.445.553-53

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda
CPF: 054.311.153-91

Deusarina Batista dos Santos
Contador
CRC: 2699 - PI



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA DESPESA - SUDESPI
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL - UNICON
GERÊNCIA DE CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL - GECON

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2013/QUADRIMESTRE JANEIRO A ABRIL

LRF, art. 48 - Anexo 7 - Portaria STN nº 637/2012 e Resoluções TCE.

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.517.758.254,27	44,11
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.796.566.889,06	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	2.656.738.544,60	46,55

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	2.481.167.478,70	43,47
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.414.558.730,84	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.255.601.460,39	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	2.671.389,91	0,05
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	913.164.698,47	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	399.509.555,58	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	-	-

FONTE: SIAFEM, GECON, 21-05-2013, 10h 19 min.

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí
CPF: 064.445.553-53

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda
CPF: 054.311.153-91

Deusarina Batista dos Santos
Contador
CRC: 2699 - PI

PORTARIAS E RESOLUÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
DO ESTADO DO PIAUÍ

PORTARIA GAB. Nº 013/13

Teresina, 28 de maio de 2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições legais,

Considerando fatos relacionados nos Processos SEMAR AA.130.1.004234/10-03 e AA.130.1.003656/13-84 (nº PGE/201305572-0),

Considerando o Art. 164 da Lei Complementar Estadual nº 13/1994-Estatuto do Servidor,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar conduta funcional irregular atribuída ao servidor exclusivamente comissionado **FRANCISCO DA COSTA ARAÚJO MIRANDA FILHO**, ocupando a função de Coordenador (DAS-2), MATRÍCULA FUNCIONAL 246719-4, por falsificar documento da SEMAR e cobrar valores para prestação de serviços específicos do Órgão.

Art. 2º - Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores **KEILA MARTINS PAZ** – Procuradora do Estado, **ARTUR WILLAME VERAS E SILVA** – Analista Técnico da PGE e **LUIZ CARLOS MELO DO LAGO** – Técnico da Fazenda Estadual, para, sob a presidência da primeira, dar cumprimento ao artigo antecedente.

Art. 3º - Designar para funcionar como suplente a Procuradora do Estado **ANA CECÍLIA ELVAS BOHN**.

Art. 4º - Conceder a esta Comissão o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRE-SE e PUBLIQUE-SE.

Prof. DALTON MELO MACAMBIRA
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Of. 330



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES – SETRANS

Portaria Nº 07/2013-GAB

O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES – SETRANS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **EDMAR GUILHERME OLIVEIRA**, cargo Gerente de Terminal, matrícula nº 269.974-5, CPF nº 306.385.003-97, para exercer a função de Tomador de Suprimento de Fundo do Terminal Rodoviário Lucídio Portela, retroagindo seus efeitos a 28 de Fevereiro de 2013.

Publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado dos Transportes – SETRANS, em Teresina (PI), 03 de Maio de 2013.

ANTONIO AVELINO ROCHA DE NEIVA
Secretário da SETRANS

Of. 559

LICITAÇÕES E CONTRATOS

ADITIVO DE RE-RATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS DO BNDES NR. 21/03791-4, CELEBRADO EM 07/08/2009, ENTRE O BANCO DO BRASIL S.A. E O ESTADO DO PIAUÍ, REFERENTE AO PROINFRA II - PROJETO DE MELHORIA DA INFRA ESTRUTURA RODOVIÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ, NO VALOR DE R\$189.700.000,00, COM VENCIMENTO FINAL EM 15/08/2019.

AGENTE FINANCEIRO - BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Agência SETOR PÚBLICO TERESINA (PI), prefixo 3791-5, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nr. 00.000.000/5113-66, representado pelo Senhor FRANCISCO VALDIR ALVES MAGALHAES, BRASILEIRO, BANCÁRIO E ECONOMIÁRIO, CASADO - COMUNHÃO PARCIAL, residente em TERESINA - PI, portador da CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nr. 02957783266 DETRAN CE e inscrito no CPF/MF sob o nr. 191.390.553-53, abaixo assinado.

BENEFICIÁRIO - ESTADO DO PIAUÍ, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nr. 06.553.481/0001-49, neste ato representado por seu Governador, Excelentíssimo Senhor WILSON NUNES MARTINS, Brasileiro, Casado, residente em TERESINA - PI, portador do(a) CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 136.875 SSP PI e inscrito no CPF/MF sob o nr. 064.445.553-53, abaixo assinados(as).

FINALIDADE - O presente instrumento tem por objeto retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, o CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS DO BNDES, nº 21/03791-4, celebrado em 07/08/2009 entre o BANCO DO BRASIL S.A. e o ESTADO DO PIAUÍ, para execução do PROJETO DE MELHORIA DA INFRA ESTRUTURA RODOVIÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ - PROINFRA II, no valor original de R\$189.700.000,00, com prazo de 3.652 (três mil, seiscentos e cinquenta e dois) dias, vencimento em 15/08/2019, aditivado em 02/05/2012 pelo primeiro termo de aditivo de re-ratificação firmado entre as partes.

CLAUSULA PRIMEIRA - REMANEJAMENTO DE VALORES ENTRE SUBCRÉDITOS. - Retifica-se os valores dos subcréditos do caput da CLÁUSULA PRIMEIRA, em seus subitens a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, m. Alterações deliberadas conforme autorização do BNDES, Carta AIE/DELOG nr. 093/2013 de 21/05/2013. Passando a CLÁUSULA PRIMEIRA, a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO - O AGENTE FINANCEIRO abre ao BENEFICIÁRIO, por este CONTRATO, um crédito no valor de R\$ 189.700.000,00 (cento e oitenta e nove milhões e setecentos mil reais), deferido conforme DECISÃO DE DIRETORIA DO BNDES nr. 658/2009, de 04 de agosto de 2009, a ser provido com recursos ordinários do BNDES, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do FUNDO DE AMPARO DO TRABALHADOR - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes e observado o disposto na Cláusula Segunda - Disponibilidade do Crédito deste CONTRATO, destinado a concessão de colaboração financeira ao Estado do Piauí para pavimentação dos trechos PI 240 (Marcos Parentes / Km 22,78 - Jerumenha); PI 464 (Entroncamento BR 020/ Pedro Laurentino); PI 249 (Paes Landim / Socorro do Piauí); PI 323 (Entroncamento PI 115, Km 42 / Sigefredo Pacheco); PI 320 (Entroncamento BR 343 / Jatobá do Piauí); PI 130 (Palmeirais / Amaranite); PI 247 (Bertolinia / Uruçui); Entroncamento BR 230 / São Francisco do Piauí; PI 255 (Avelino Lopes / Curimatá); Entroncamento PI 213 / Cocal do Alves; PI 221 (Alto Longa / Novo Santo Antônio); Entroncamento PI 221, Alto



Longa Km 03 / São João da Serra; Entroncamento PI 143 / Simplício Mendes (Km 39) / Conceição do Canindé / Jacobina; PI 242 (Santo Inácio do Piauí / Floresta do Piauí); Entroncamento PI 140 / Pajeú do Piauí; PI 411 (Riacho Frio, Km 19 / Corrente); PI 110 (Barras/Batalha); PI 247 (Bertolinia, Km 17 / Uruçui, Km 45 - trecho II); PI 350 (BR 316 / Curralinhos); PI 110 (Piracuruca / Entroncamento BR 222, Alto Alegre); recuperação dos trechos PI 112 (Teresina / União); PI 130 (Teresina / Palmeirais, Km 81); PI 141 (Canto do Buriti / Entroncamento BR 135, Elizeu Martins); PI 143 (Simplício Mendes / Colônia do Piauí / Oeiras); PI 223 (Entroncamento PI 221 / Beneditinos); PI 221 (Altos / Alto Longa) e PI 113 (Teresina, BR 343 / José de Freitas / Cabeceiras), doravante denominado **PROJETO**, dividido em 13 (treze) subcréditos no seguintes valores e destinação:

a) Subcrédito "1":

R\$ 98.201.022,00 (noventa e oito milhões, duzentos e um mil, vinte e dois reais), relativo à pavimentação dos trechos: PI 240 - Marcos Parentes / Jerumenha, KM 22,78; PI 464 - Entroncamento BR 020 / Pedro Laurentino; PI 249 - Paes Landim / Socorro do Piauí; PI 323 - Entroncamento PI 115 (Km 42) / Sigefredo Pacheco; PI 320 - Entroncamento BR 343 / Jatobá do Piauí; PI 130 - Palmeiras / Amarante; PI 247 - Bertolina / Uruçui; Entroncamento BR 230 - São Francisco do Piauí; Entroncamento PI 143 / Simplício Mendes (Km 39) / Conceição do Canindé / Jacobina; relativo à recuperação dos trechos PI 143 - Simplício Mendes / Colônia do Piauí / Oeiras; PI 113 - Teresina (BR 343)/José de Freitas / Cabeceiras;

b) Subcrédito "2":

R\$ 9.210.993,00 (nove milhões, duzentos e dez mil, e noventa e três reais), relativo à recuperação do trecho PI 112- Teresina / União;

c) Subcrédito "3":

R\$ 6.748.280,00 (seis milhões, setecentos e quarenta e oito mil, duzentos e oitenta reais), relativo à recuperação do trecho PI 130 - Teresina / KM 81 (Palmeirais);

d) Subcrédito "4":

R\$ 26.884.561,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais), relativo à recuperação do trecho PI 141 - Canto do Buriti / Entr. BR 135 (Elizeu Martins);

e) Subcrédito "5":

R\$ 5.763.557,00 (cinco milhões, setecentos e sessenta e três mil, e quinhentos e cinquenta e sete reais), relativo à pavimentação do trecho PI 255 - Avelino Lopes / Curimatá;

f) Subcrédito "6":

R\$ 1.936.759,00 (um milhão e novecentos e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e nove reais), relativo à pavimentação do trecho Entroncamento PI 213 / Cocal do Alves;

g) Subcrédito "7":

R\$ 5.480.863,00 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta mil, oitocentos e sessenta e três reais), relativo à recuperação do PI 223 - Entroncamento PI 221 / Beneditinos;

h) Subcrédito "8":

R\$ 7.684.093,00 (sete milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, noventa e três reais), relativo à pavimentação do trecho PI 221 - Alto Longa / Novo Santo Antônio;

i) Subcrédito "9":

R\$ 7.816.004,00 (sete milhões, oitocentos e dezesseis mil, quatro reais), relativo à recuperação do trecho PI 221 - Altos / Alto Longa;

j) Subcrédito "10":

R\$ 12.950.248,00 (doze milhões, novecentos e cinquenta mil, duzentos e quarenta oito reais) relativo à pavimentação do trecho PI 221 (Alto Longa Km 03 / São João da Serra);

k) Subcrédito "11":

R\$ 2.531.055,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e um mil, cinquenta e cinco reais), relativo à pavimentação do trecho PI 242 - Santo Inácio do Piauí / Floresta do Piauí;

l) Subcrédito "12":

R\$ 0,00 (zero reais), relativo à pavimentação do trecho PI 110 - Barras / Batalha;

m) Subcrédito "13":

R\$ 4.492.565,00 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais), relativo à pavimentação do trecho PI 350 - BR 316 / Curralinhos;

Parágrafo Primeiro - Os recursos desembolsados para o **BENEFICIÁRIO** deverão ser utilizados exclusivamente para financiamento do **PROJETO**, objeto deste **CONTRATO** de acordo com as necessidades financeiras descritas no **QUADRO DE USOS E FONTES, Anexo I** do presente **CONTRATO**, que dele faz parte integrante e inseparável, como se aqui estivesse integralmente transcrito e quando rubricado pelas **PARTES**, vincula-no para todos os fins de direito, vedada a aplicação dos recursos em despesas correntes, conforme o disposto no art. 35, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Segundo - O **BENEFICIÁRIO** obriga-se a não realizar alterações no **PROJETO** ou no **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** sem a prévia anuência, por escrito, do **AGENTE FINANCEIRO**.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS.

Alterações deliberadas conforme autorização do **BNDES**, Carta AIE/DELOG nr. 093/2013 de 21/05/2013. Em decorrência do presente aditivo a cláusula sexta passa a vigorar com a seguinte redação

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE UTILIZAÇÃO, DE CARÊNCIA E DE AMORTIZAÇÃO - I

utilização dos recursos disponibilizados para o BENEFICIÁRIO de acordo com este CONTRATO poderão ocorrer, a partir da data da formalização jurídica da operação, até 07/01/2014.

Parágrafo Primeiro - O Prazo de carência para a realização das amortizações do montante do principal desembolsado para o BENEFICIÁRIO é de 30 (trinta) meses, contados a partir do dia 15 (quinze) subsequente à data da formalização deste CONTRATO, encerrando-se em 15 (quinze) fevereiro de 2012.


Parágrafo Segundo - O principal da dívida decorrente deste CONTRATO deve ser pago ao AGENTE FINANCEIRO em 90 (noventa) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 (quinze) de março de 2012 - mês subsequente ao término do prazo de carência - observado o disposto na Cláusula Décima Quarta - Vencimento em Dias Feriados, comprometendo-se o BENEFICIÁRIO a liquidar com a última prestação, em 15 (quinze) de agosto de 2019, todas as obrigações decorrentes deste CONTRATO, aí compreendidos: principal, comissão, reajustes monetários, outros acessórios e quaisquer despesas de responsabilidade do BENEFICIÁRIO, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Assim ajustados, o AGENTE FINANCEIRO e o BENEFICIÁRIO, declarando não haver intenção de novar, ratificam o contrato ora aditado, em todos os seus termos, cláusulas e condições não expressamente alterados neste documento, que àquele se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito. O BENEFICIÁRIO obriga-se a providenciar a publicação do extrato deste Aditivo, no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, em atendimento à exigência do art. 61, da Lei nr. 8.666/93, para fins de validade e eficácia deste instrumento.

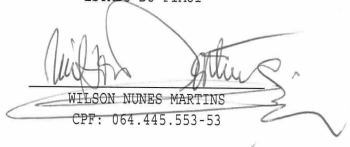
Vai este assinado em 03 (três) vias, com as testemunhas abaixo.

TERESINA-PI, 26 de Maio de 2013.

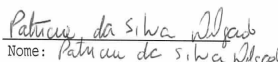
AGENTE FINANCEIRO
BANCO DO BRASIL S.A.
Agência Setor Público Teresina - PI



FRANCISCO VALDIR ALVES MAGALHAES
CPF: 191.390.553-53

BENEFICIÁRIO
ESTADO DO PIAUÍ


WILSON NUNES MARTINS
CPF: 064.445.553-53

TESTEMUNHAS


Nome: Patrícia da Silva Algod
CPF: 9703664372


Nome: I TAMARA PEREIRA DOS SANTOS
CPF: 690198213-34

Of. 603

OUTROS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
DO ESTADO DO PIAUÍ

EDITAL

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **Daniilo Pindaíba Nascimento** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Chapadão I** no município de **Manoel Emídio – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 23 de maio de 2013.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

EDITAL

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **João José da Costa Filho** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Chapadão II** no município de **Manoel Emídio – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 23 de maio de 2013.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

EDITAL

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **Elias Lima da Costa** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Chapadão III** no município de **Manoel Emídio – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 23 de maio de 2013.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

EDITAL

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **João José da Costa** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Chapadão IV** no município de **Manoel Emídio – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 23 de maio de 2013.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos



EDITAL

A Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **Josecan Pereira da Silva** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Chapadão VII** no município de **Manoel Emídio – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 23 de maio de 2013.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

EDITAL

A Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **Clauren Oliveira dos Reis** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Chapadão XIII** no município de **Manoel Emídio – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 23 de maio de 2013.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

EDITAL

A Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **Luis Carlos do Nascimento Santos** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Chapadão XIV** no município de **Manoel Emídio – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 23 de maio de 2013.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

EDITAL

A Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **Marizete Paes Landim de Sousa** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Chapadão XV** no município de **Manoel Emídio – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 23 de maio de 2013.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

EDITAL

A Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **Edsonere Batista de Sousa** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Chapadão XVI** no município de **Manoel Emídio – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 23 de maio de 2013.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Of. 332

CLEYTON VIEIRA PRIMO, torna público que **requereu** à SEMAR, os pedidos de **Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA)** e **Certidão de Cadastro de Uso de Recursos Hídricos (CCRH)**, para perfuração do poço tubular da Loc: **GROTAO DOS MARCOS**, município de **OEIRAS**. Coordenadas **Lat.: N 9243345,97 Long.: E 822288,32**. Bacia-Rio Parnaíba Sub-bacia- Rio Canindé. – Volume requerido (m³/ano): 2.265. **Finalidades do uso da água: CONSUMO HUMANO DE SESENTAÇÃO ANIMAL**

MANOEL BARBOS RIBEIRO DE SOUSA, torna público que **requereu** à SEMAR, os pedidos de **Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA)** e **Certidão de Cadastro de Uso de Recursos Hídricos (CCRH)**, para perfuração do poço tubular da Loc: **BARRA DA MELOSA**, município de **OEIRAS**. Coordenadas **Lat.: N 9250521,00 Long.: E 822746,00**. Bacia-Rio Parnaíba Sub-bacia- Rio Canindé. – Volume requerido (m³/ano): 1.133. **Finalidades do uso da água: CONSUMO HUMANO DE SESENTAÇÃO ANIMAL**

RAIMUNDO G DA SILVA, torna público que **requereu** à SEMAR, os pedidos de **Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA)** e **Certidão de Cadastro de Uso de Recursos Hídricos (CCRH)**, para perfuração do poço tubular da Loc: **IPUEIRA**, município de **OEIRAS**. Coordenadas **Lat.: N 9207612,42 Long.: E 802893,22**. Bacia-Rio Parnaíba Sub-bacia- Rio Canindé. – Volume requerido (m³/ano): 1.699. **Finalidades do uso da água: CONSUMO HUMANO DE SESENTAÇÃO ANIMAL**

JOSE CALAZAN GOMES DA COSTA, torna público que **requereu** à SEMAR, os pedidos de **Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA)** e **Certidão de Cadastro de Uso de Recursos Hídricos (CCRH)**, para perfuração do poço tubular da Loc: **SACO**, município de **S. FRANCISCO DO PI**. Coordenadas **Lat.: N 9210241,45 Long.: E 781442,52**. Bacia-Rio Parnaíba Sub-bacia- Rio Canindé. – Volume requerido (m³/ano): 1.699. **Finalidades do uso da água: CONSUMO HUMANO DE SESENTAÇÃO ANIMAL**

FRANCISCO CELESTINO FONTES, torna público que **requereu** à SEMAR, os pedidos de **Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA)** e **Certidão de Cadastro de Uso de Recursos Hídricos (CCRH)**, para perfuração do poço tubular da Loc: **RIACHO DA AREIA**, município de **S. FRANCISCO DO PI**. Coordenadas **Lat.: N 9244884,20 Long.: E 787402,57**. Bacia-Rio Parnaíba Sub-bacia- Rio Canindé. – Volume requerido (m³/ano): 1.359. **Finalidades do uso da água: CONSUMO HUMANO DE SESENTAÇÃO ANIMAL**

VICENTE FERREIRA DE MADEIRA, torna público que **requereu** à SEMAR, os pedidos de **Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA)** e **Certidão de Cadastro de Uso de Recursos Hídricos (CCRH)**, para perfuração do poço tubular da Loc: **LAGOA GRANDE**, município de **SANTA ROSA**. Coordenadas **Lat.: N 9247909,03 Long.: E 794905,18**. Bacia-Rio Parnaíba Sub-bacia- Rio Canindé. – Volume requerido (m³/ano): 1.133. **Finalidades do uso da água: CONSUMO HUMANO DE SESENTAÇÃO ANIMAL**

MARIA DE JESUS SILVA CARVALHO, torna público que **requereu** à SEMAR, os pedidos de **Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA)** e **Certidão de Cadastro de Uso de Recursos Hídricos (CCRH)**, para perfuração do poço tubular da Loc: **CAJUEIRO**, município de **COLONIA**. Coordenadas **Lat.: N 9892744,2 Long.: E 802893,31**. Bacia-Rio Parnaíba Sub-bacia- Rio Canindé. – Volume requerido (m³/ano): 1.133. **Finalidades do uso da água: CONSUMO HUMANO DE SESENTAÇÃO ANIMAL**

RAIMUNDO DE SOUSA S FILHO, torna público que **requereu** à SEMAR, os pedidos de **Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA)** e **Certidão de Cadastro de Uso de Recursos Hídricos (CCRH)**, para perfuração do poço tubular da Loc: **GROTAO**, município de **CAJAZEIRAS DO PI**. Coordenadas **Lat.: N 9244844,20 Long.: E 787402,57**. Bacia-Rio Parnaíba Sub-bacia- Rio Canindé. – Volume requerido (m³/ano): 1.019. **Finalidades do uso da água: CONSUMO HUMANO DE SESENTAÇÃO ANIMAL**

MANOEL ALMEIDA DA SILVA, torna público que **requereu** à SEMAR, os pedidos de **Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA)** e **Certidão de Cadastro de Uso de Recursos Hídricos (CCRH)**, para perfuração do poço tubular da Loc: **MACAMBIRA GRANDE**, município de **SANTO INACIO**. Coordenadas **Lat.: N 9176005,00 Long.: E 174817,00**. Bacia-Rio Parnaíba Sub-bacia- Rio Canindé. – Volume requerido (m³/ano): 906. **Finalidades do uso da água: CONSUMO HUMANO DE SESENTAÇÃO ANIMAL**

SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE, torna público que **requereu** à SEMAR, os pedidos de **Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA)** e **Certidão de Cadastro de Uso de Recursos Hídricos (CCRH)**, para perfuração do poço tubular da Loc: **SÃO JOSÉ**, município de **VILANOVA DO PI**. Coordenadas **Lat.: S 7°13'00,1" Long.: W 40°54'04,2"**. Bacia-Rio Parnaíba Sub-bacia- Rio Canindé. – Volume requerido (m³/ano): 16.991. **Finalidades do uso da água: CONSUMO HUMANO DE SESENTAÇÃO ANIMAL**

P.P. 15471

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PE

ESTADO DO PIAUÍ – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2013 A ABRIL DE 2013

	DESPESA EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCR EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I = 1+2+3)	125.925.692,84	
1- Pessoal Ativo	117.605.048,91	
2- Pessoal Inativo e Pensionistas	8.320.643,93	
3- Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (& 1º do art. 19 da LRF) (II = 4 + 5 +6 +7)	32.968.387,11	
4- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	
5- Decorrentes de Decisão Judicial	-	
6- Despesas de Exercícios Anteriores	24.647.743,18	
7- Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.320.643,93	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III = (I – II))	92.957.305,73	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		92.957.305,73

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	5.707.279.365,42
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = IV / V *100)	1,63%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF C/C LDO 2011) – 2%	114.145.587,30
LIMITE PRUDENCIAL)Parágrafo único, art. 22 da LRF) – 1,85%	105.584.668,30



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

ANEXO LXV

<IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO, QUANDO O DEMONSTRATIVO FOR ESPECIFICADO UM ÓRGÃO>
VERSÃO SIMPLIFICADA DO RELATORIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

REFERENCIA: JANEIRO/13 A ABRIL/13

		R\$	
DESPESA COM PESSOAL – 1º Quadrimestre		VALOR	%SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do limite - TDP		92.957.305,73	1,63
Limite Maximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 2%>		114.145.587,30	2,00
Limite Prudencial 95% (§ único, art. 22 da LRF) - < 1,85%>		105.584.668,30	1,85
<hr/>			
DÍVIDA		VALOR	%SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
<hr/>			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	%SOBRE A RCL
Total das Garantias			
Limite Definitivo por Resolução do Senado Federal			
<hr/>			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	%SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido p/ Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externa			
Limite Definido p/ Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da receita			
<hr/>			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A	SUFICIENCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos			

FONTE:

Themistocles Sampaio P. Fo.

CHEFE DO PODER

REPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRO

Larissa Bastos Silva

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO